

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

«Primeiro-Ministro e os seus Ministros mestres conceituados e muito bem preparados na arte de fazer má política.»



Destaques:

• «O que sempre falta ao Eng. Sócrates é respeito: pelos Portugueses, pela Oposição, pelos Princípios e Valores, pelos grupos profissionais que ataca de forma insidiosa.»

Em “Actividades da Presidência”

• «Digo e reafirmo que a acção política que orienta o País e que condiciona o seu futuro, não pode em momento algum e sob nenhum pretexto, subordinar-se ao que é acessório e calculista»

Pag 4 e seguintes, “Instituto Sá Carneiro”

• «Este é um Orçamento mentiroso, na linha da mentira orçamental com que este governo iniciou o seu mandato em 2005.»

Em “Parlamento”

• «Quando o jogo se suja, avolumam-se as suspeitas. Isto ainda não afecta o poder da imprensa, mas já degrada a classe»

Em “A opinião dos outros”

«Primeiro-Ministro e os seus Ministros, mestres conceituados e muito bem preparados na arte de fazer má política.»

O XX Congresso da Juventude Social-Democrata (JSD), reuniu-se em Penafiel entre os dias 28, 29 e 30 de Novembro, tendo sido reeleito Pedro Rodrigues, como Presidente daquela organização de juventude do nosso Partido.

O encerramento do Congresso foi feito pela Presidente do PSD, Doutora Manuela Ferreira Leite, que proferiu as palavras que transcrevemos:

Quero começar por felicitar a JSD pela forma viva e participada como decorreu este Congresso e saudar os membros dos órgãos agora eleitos e desejar-lhes um bom trabalho porque o PSD precisa dos seus jovens, do seu dinamismo e da sua competência.

Quero também deixar um agradecimento especial a todos aqueles que agora cessam funções e que deram o seu contributo para a dignificação da JSD.

Não posso deixar de sublinhar o facto de este Congresso se ter organizado de forma inovadora, para discutir áreas temáticas tão importantes quanto a educação e o empreendedorismo, o ambiente e as alterações climáticas.

Este facto revela uma JSD com preocupação pelo presente e com visão de futuro, com capacidade e preparação para discutir as questões nacionais.

Quero ainda felicitá-los pela simbólica iniciativa de solidariedade que assinalou este Congresso.

Foi uma manifestação de generosidade, mas sobretudo de consciência cívica.

Esta faz parte integrante da acção política que, na sua essência, é uma actividade solidária.

Com este gesto, a JSD deu um exemplo que devia fazer pensar.

Pensar em como a política deve ser uma actividade ao serviço dos outros e nunca ao serviço de alguns e muito menos de nós próprios.

É por isto que o primeiro requisito que se deve exigir a um político é que fale verdade, é que saiba assumir responsabilidades, é que seja digno da confiança que lhe foi conferida, é que saiba discernir o essencial do acessório, é que enfrente com frontalidade e sem receios todos os obstáculos que sempre surgem à sua actuação.

Quando se defendem ideias que se acredita serem as melhores para o País, há que saber levá-las à prática e mobilizar as pessoas em torno desses objectivos.

O que se pede a todos os jovens é que mantenham e cultivem os fundamentos da vida política séria e responsável assente nos princípios e valores da social democracia.

O que se pede aos jovens é que não se deixem levar pelos maus exemplos que os rodeiam.

E são muitos os que este Governo tem dado.

Esta geração pôde testemunhar ao vivo, como nunca antes tinha sido possível, a aplicação, na prática, de uma verdadeira enciclopédia do que não se deve fazer em política.

Tiveram oportunidade de receber lições de mestres conceituados e muito bem preparados na arte de fazer má política.

Esses mestres foram o Primeiro-Ministro e os seus Ministros.

Este Governo está há três anos e meio a exercer o poder de modo inverso àquele que é desejável.

Na verdade, este Governo faz política utilizando os piores dos métodos.

São maus porque criam expectativas que não são possíveis de concretizar e eles sabem-no.



São reprováveis porque enganam as pessoas com anúncios que se vão repetindo de vez em quando, convencidos que o tempo faz esquecer o que já antes havia sido anunciado.

São insultuosos quando se socorrem de figurantes para impressionar espectadores e quando desbaratam vultuosos recursos em espectáculos para criar um mundo de ficção, a todos os títulos condenável.

Não são sérios quando constroem “fait divers” com o único objectivo de desviar as atenções das políticas erradas que estão a ser seguidas e que estão a arrastar o País para o desemprego, para o empobrecimento e para o desânimo.

E o desânimo resulta de o Governo não aceitar ponderar outra política, outro caminho, outro resultado.

Os socialistas só trabalham para se manter no poder; não se esforçam para que o País progrida e por isso não querem ouvir outras opiniões nem seguir outras políticas.

O que a Sócrates falta é respeito pelos Portugueses, é respeito pela Oposição, é respeito pelos princípios e valores que caracterizam a nossa sociedade, é respeito pelos grupos profissionais que ataca de forma insidiosa.

Aquilo que sempre falta ao Eng. Sócrates é respeito pelos Portugueses, é respeito pela Oposição, é respeito pelos princípios e valores que caracterizam a nossa sociedade, é respeito pelos grupos profissionais que ataca de forma insidiosa.

Se olharmos para o registo do que tem sido dito por este Governo, verificamos que o Eng. Sócrates acha que os juizes têm descanso a mais, que os professores trabalham pouco, que os funcionários públicos são dispensáveis porque não trabalham, que os militares acumulam privilégios, que os polícias actuam ora demais ora de menos, mas nunca na conta certa.

Ou seja, na boca do Eng. Sócrates, não há lugar ao elogio nem ao incentivo dos Portugueses.

Quem o ouve, pensa que está a falar de um povo que nós não conhecemos.

O que se incentiva é apenas o sentimento da inveja entre os Portugueses.

Este tipo de acção política do Eng. Sócrates criou em Portugal um caldo de



cultura doentio.

Talvez mais fundo do que qualquer crise económica.

O pior é que este clima de desespero e de desconfiança está também a atingir os mais jovens.

E têm motivos para isso.

À promessa de empregos qualificados respondeu-se com a inauguração de “call centers”.

À procura de maior exigência no ensino respondeu-se com facilitismo e manipulação de estatísticas.

À promessa de mais e melhor arrendamento jovem respondeu-se com leis equívocas e burocracias que dificultam o acesso àquilo que os jovens já tinham.

À grande aposta na formação superior dos jovens, estrangulam-se financeiramente as universidades, pondo assim em causa a sua autonomia.

Já não há praticamente nenhum sector em Portugal a salvo das promessas ilusórias do Governo e da confusão das medidas que tenta pôr em prática.

E não nos chamem os arautos da desgraça.

Nunca qualquer Governo contou com uma Oposição tão séria e tão responsável como o PSD tem sido desde o início desta Legislatura.

Nunca algum Governo contou com uma Oposição tão séria e tão responsável como o PSD tem sido desde o início desta Legislatura.

Nunca desistimos de apresentar no Parlamento propostas que evitassem leis mal feitas, nem nunca desistimos de avisar que a política seguida por este Governo só podia conduzir o País para resultados negativos.

O Eng. Sócrates respondeu sempre com a arrogância própria de quem julga que sabe tudo e com o exibicionismo de quem prefere o poder pessoal e do Partido ao bem do País e dos Portugueses.

Esta cartilha das más práticas políticas deve ser lida pelos jovens como exemplo do que não deve ser feito.

Por isso vos digo que tiveram nesta Legislatura uma boa oportunidade de aprender porque também se aprende com os erros dos outros.

Também tiveram oportunidade de aprender que em democracia a arrogância e o autoritarismo não são bons conselheiros, que é preciso saber ouvir e ter a humildade de emendar, de corrigir o que manifestamente está errado.

Aprenderam também que por mais espectáculos mediáticos e mais títulos bombásticos que pretendam ocultar a realidade, as pessoas sabem muito bem fazer o seu próprio juízo.

É bem certa a afirmação “que se pode enganar todos durante algum tempo, que se pode enganar alguns durante o tempo todo, mas não é possível enganar todos, o tempo todo”.

Tenho a certeza que a Juventude Social-Democrata tem plena consciência dos erros do Partido Socialista e dos profundos defeitos da sua actuação no palco político.

Esta consciência só nos deve tornar mais exigentes a marcar a diferença e a afirmar os nossos valores para que se torne evidente que o País só tem a perder com o Eng. Sócrates e com este Governo Socialista.

Um País não pode aspirar a melhores dias, se a sua juventude cresce com cepticismo ou desiste de lutar pelo seu País.

Hoje, não é só a crise económica e financeira, nacional e internacional, que os nossos jovens têm de enfrentar.

Hoje, não são só as ameaças à segurança, nem a imprevisibilidade do mundo moderno com que os jovens têm de contar.

Os jovens em Portugal têm de resistir ao descrédito que está hoje instalado quanto à política e à participação cívica e têm de ser os primeiros a acreditar que com uma nova política e com uma nova atitude de coragem e lealdade perante os Portugueses, não há nenhuma razão para que o nosso País não encontre o seu caminho e não acompanhe o ritmo e o progresso da Europa.

Sei que os Jovens Sociais-Democratas não querem desistir do seu País e que não deixarão que outros os impeçam de lutar por Portugal. – *Gab. CPN/PSD*

Novos projectos e lançamento de página na Internet relançam

Instituto Sá Carneiro

O Instituto Francisco Sá Carneiro, associação de reflexão política ligada ao PSD e presidida pelo dirigente social-democrata Alexandre Relvas, apresentou, na semana passada os seus novos projectos e lançou uma página na Internet.

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, e o fundador do PSD e presidente da Mesa do Conselho Geral do instituto, Francisco Pinto Balsemão, estiveram presentes na cerimónia.

A apresentação dos novos projectos foi feita pelo presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro e ex-director da campanha presidencial de Cavaco Silva, Alexandre Relvas.

À mesma hora foi lançada a página do Instituto, na Internet.

De acordo com os estatutos, o Instituto Sá Carneiro é uma associação sem fins lucrativos que tem como objectivos “a defesa e divulgação do ideal democrático e o estudo dos fenómenos culturais, sociais, económicos e políticos relativos a Portugal e à sua intervenção na comunidade internacional” e que organiza para o efeito grupos de estudo, conferências, seminários e acções de formação.

As palavras proferidas por Manuela Ferreira Leite

Esta sessão para o lançamento dos Novos Projectos do Instituto Francisco Sá Carneiro é o momento adequado para sublinhar de forma muito especial o empenho e a competência da equipe que o Dr. Alexandre Relvas lidera nesta nova fase da vida do Instituto, em que é cada vez mais importante saber desenhar as opções de futuro.

O Instituto Sá Carneiro é um centro de reflexão que está intrinsecamente associado às raízes do Partido Social Democrata.

É uma Instituição com autonomia em relação ao Partido que tem dado relevantes contributos não só à reflexão, mas também, à formação política democrática.

A importância e o histórico desta Instituição estão marcados pelo nome do seu fundador, Dr. Francisco Sá Carneiro, pela Presidência do militante nº 1 do Partido, Dr. Francisco Pinto Balsemão e pelo facto de entre os seus membros figurarem todos os que se mantêm como uma referência no Partido.

Desde o primeiro dia que esta Direcção do Partido decidiu reforçar o Instituto com os meios necessários para que possa cumprir a sua missão.

O sentido do trabalho aqui realizado tem sido e manter-se-á ao serviço dos ideais sociais-democratas para fundamentar uma ambição para Portugal.

Vivemos tempos de especiais dificuldades e, por isso, era essencial que o Instituto Sá Carneiro assumisse com nova pujança aquilo que é o seu papel estruturante na reafirmação e na renovação dos ideais que nos unem.

Justifica-se assim plenamente o grande empenho que esta Direcção desde o princípio colocou na capacidade de intervenção do Instituto.

Como todos pudemos hoje assistir, a equipa liderada pelo Dr. Alexandre Relvas e que inclui todos os que quiseram e puderam colaborar activamente para esta missão, não nos desiluiu.

O programa apresentado é ambicioso, tem visão de futuro e rasga horizontes de modernidade e vias de progresso para o nosso País.





É também um apelo veemente à participação de todos os que têm consciência cívica activa e reconhecem a importância da participação política.

O site é uma plataforma aberta a todos os contributos e queremos acreditar que eles não faltarão nem em qualidade, nem em combate crítico e democrático.

Mas há também um simbolismo, uma mensagem, que se espera da intervenção do Instituto Sá Carneiro e que ficou patente nesta cerimónia que hoje aqui nos juntou.

Essa mensagem é sobre o modo como o Partido Social-Democrata, os seus militantes e os seus simpatizantes estão na política.

O Instituto Sá Carneiro tem no centro das suas preocupações uma atitude perante a política que não se resume a uma qualquer construção mediática de curto prazo.

É uma atitude que se projecta para o futuro.

Foi para isso que Sá Carneiro fundou o Partido.

Acreditamos e defendemos que a política é esforço, é trabalho e muito especialmente é reflexão exigente sobre a capacidade de agir para resolver os problemas que o País enfrenta.

Estes não se resolvem com frases sonantes, mas ocas de conteúdo e muito menos com afirmações sem qualquer fundamento que apenas servem para frustrar expectativas porque não têm qualquer adesão à realidade.

O trabalho político e a intervenção pública não podem esgotar-se em meia

dúzia de frases politicamente correctas, repetidas à exaustão, mas apenas atentas ao momento que passa.

A política que mobiliza as pessoas, que lhes pede o seu esforço e colaboração e que gera confiança, essa política só pode fundar-se num trabalho profundo de análise, de debate construtivo e de propostas fundamentadas.

De outro modo, não há confiança.

Sem confiança, não há esperança.

De outro modo, tudo se resume ao presente e escapa ao futuro.

E nada mais sério do que o futuro do País!

Sabemos todos que nos tempos que correm, não é fácil entender esta atitude de nos apresentarmos aos Portugueses da única forma que consideramos honesta.

Por isso, recusamos a superficialidade, a encenação e nunca nos socorreremos de poderosas baterias de meios para que os portugueses acreditem no que não existe.

Todos sabemos que é difícil escolher o caminho do estudo e da reflexão quando à nossa volta tudo nos empurra para o artifício e para a ilusão.

Mas nós também sabemos como Partido que já foi Governo e que vai voltar a ser, que os Portugueses conseguem muito bem ver para além daquilo que lhes querem fazer acreditar.

Por mim, não abdicarei das minhas profundas convicções, nem dos ideais que todos aqui partilhamos a troco de uma qualquer conveniência política de ocasião.

A encruzilhada em que o País se encontra, mais fortalece este meu propósito e torna mais decisivo o trabalho do Instituto Sá Carneiro, dando-lhe espaço para se concentrar apenas no que é essencial.

O País precisa que pensem nele para além dos interesses partidários, para além dos calendários políticos ou para além dos programas mediáticos.

Digo e reafirmo que a acção política que orienta o País e que condiciona o seu futuro não pode em momento algum e sob nenhum pretexto, subordinar-se ao que é acessório e calculista.

Os militantes sociais-democratas e os seus simpatizantes têm consciência da sua responsabilidade perante o País.

Sempre afirmámos que faríamos uma oposição responsável, como temos feito, do mesmo modo que não desistimos de nos preparar para estar à altura da confiança dos Portugueses quando formos Governo.

Há decisões políticas que se projectam, inexoravelmente, nas gerações futuras, o que exige especial ponderação, não só quanto aos seus efeitos, mas sobretudo quanto aos seus fundamentos e sustentabilidade.

Uma política conduzida com consciência e com ética não pode ignorar este facto.

Uma política não se faz com medidas desgarradas, mas com programas e com estratégias consequentes e responsabilmente assumidas perante os Portugueses.

O trabalho que o Instituto Sá Carneiro está a realizar e vai continuar a desenvolver, chama a si todos os cidadãos que queiram colaborar, todos os que queiram ser parte de um futuro melhor para Portugal. Essa é a prova de que persistiremos em marcar a diferença na atitude perante a política.

Os Portugueses não podem conformar-se com a ideia de que a política é um jogo de vaidades pessoais ou um palco de lutas entre Partidos.

Os Portugueses merecem uma acção política determinada por convicções assentes no estudo, no debate e na escolha responsável e fundamentada dos caminhos a seguir.



Não se trata de ignorar as legítimas aspirações que convivem na vida do País. Trata-se, isso sim, de avaliar essas aspirações e de as organizar de tal forma que possam convergir para a realização do interesse nacional.

Só assim teremos um País mais justo, mais desenvolvido e mais solidário.

Estou certa de que não há outro caminho para conquistar e manter a confiança dos Portugueses.

Estou certa de que todos os militantes e simpatizantes do PSD sabem que é esta a linha de conduta que honra a nossa história, que é esta linha que marca o nosso presente e que é este fio que nos conduzirá no futuro.

O PSD tem uma história em que se revê e de que se orgulha.

É por isso que, com toda a convicção confio no trabalho que vamos continuar fazer, como confio que os Portugueses saberão reconhecer nele uma nova fonte de esperança para Portugal.

Com a suspensão de todos os mega projectos de investimento não rentáveis baixar impostos seria uma decisão que provavelmente tomaria como Primeira-Ministra – MFL no almoço da C.C. Portugal-Holanda

A presidente do PSD considerou hoje que Portugal tem um “nível de impostos de tal forma elevado que evidentemente qualquer baixa é bem-vinda”, comentando as propostas da Comissão Europeia para o relançamento da economia.

Depois de ter discursado no final de um almoço promovido pela Câmara de Comércio Portugal Holanda, Manuela Ferreira Leite foi questionada pelos jornalistas, à saída, sobre as propostas apresentadas hoje pelo presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso.

O presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, anunciou hoje o plano de propostas do seu executivo para o relançamento da economia europeia, orçado em 200 mil milhões de euros, o equivalente a 1,5 por cento do PIB da UE.

Entre as propostas contidas no pacote hoje apresentado por Bruxelas, a “Comissão Barroso” aconselha os Estados-membros a reduzir temporariamente o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), entre diversos outros incentivos fiscais, especialmente dirigidos aos cidadãos e sectores da indústria mais vulneráveis.

A presidente do PSD disse que as propostas relativas ao IVA e ao subsídio do desemprego são medidas que o seu partido também propôs, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado para 2009.

“Em relação a todos os outros impostos, nós estamos com um nível de impostos de tal forma elevado que evidentemente qualquer baixa é bem-vinda”, acrescentou Manuela Ferreira Leite.

Antes, comentando globalmente o plano da Comissão Europeia, a presidente do PSD considerou que “todas as medidas propostas são atractivas” e “evidentemente vão ser adaptadas à situação particular de cada um dos países”.

“Só depois de serem completamente analisadas é que se poderá saber qual a adaptabilidade ou não em relação a cada um dos países. Nem todos os países estão na mesma situação”, sublinhou.

No seu discurso perante os membros da Câmara de Comércio Portugal Holanda Manuela Ferreira Leite falou da possibilidade de uma baixa de impostos.

A presidente do PSD disse que baixar impostos seria uma decisão que provavelmente tomaria como primeira-ministra, com a despesa resultante da suspensão de todos os mega projectos de investimento não rentáveis.

“Tudo o que fosse mega projectos de investimento cuja rentabilidade e melhoria da competitividade para o país é nula eu não tenho dúvida nenhuma de que suspendia. E portanto ficaria com meios mais do que suficientes para provavelmente poder baixar com algum significado os impostos”, disse.

Com a política do actual Governo, Manuela Ferreira Leite sustentou que se houver uma baixa de impostos “o défice lá virá novamente” porque “o nível da despesa não se reduziu”.

“O défice público está melhor, mas não nos esqueçamos que foi feito à custa de um brutal aumento de impostos. Agora todos dizem que [os impostos] deverão baixar para aliviar a actual crise, ou seja, é uma melhoria transitória porque o défice lá virá novamente dado que o nível de despesa não se reduziu”, disse.

Manuela Ferreira Leite considerou que os projectos assumidos pelo Governo deixarão o Estado comprometido com “encargos tremendos” nos próximos 30 anos, ao ponto de dificultarem uma redução da carga fiscal, caso não se encontre “uma almofada em termos de orçamentos

públicos”.

“A partir de 2013 até 2040 e tal os encargos a que o Estado está comprometido são de tal ordem que não se vislumbra a forma de baixar impostos, bem pelo contrário”, disse. – **Fonte: Lusa**

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, defendeu hoje uma revisão urgente do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), cuja lei devia ter sido revista passados três anos após a sua criação, porque há “enormes injustiças”.

“Eu tenho responsabilidades directas na criação deste imposto [Imposto Municipal sobre Imóveis], porque era responsável pelo Ministério das Finanças quando foi aprovada a Lei da Tributação do Património”, admitiu Ferreira Leite. Explicou, contudo, que uma das normas dessa lei previa que fosse “revista no prazo de três anos”.

“Sou capaz de inventariar, neste momento, um conjunto enorme de injustiças grandes que estão a decorrer desta legislação pelo facto de ela não ter sido revista”, disse a líder do PSD no Algarve, à margem de uma reunião com dirigentes empresariais do turismo algarvio, que decorreu esta tarde num hotel em Vilamoura, e cujo objectivo foi conhecer a situação do sector turístico junto dos privados.

“É da prática do dia a dia que se começam a perceber onde é que estão as injustiças”, acrescentou, Ferreira Leite, concretizando que os critérios de avaliação da lei são injustos.

“Um ponto que é de uma injustiça extraordinária e que nós não previmos na altura foi, por exemplo, a questão de como é avaliado o património quando há o falecimento de um cônjuge. Aquilo que decorre para o cônjuge que sobrevive é de uma violência extraordinária”, disse a autora da lei, reiterando, que já devia ter sido revista.

Manuela Ferreira Leite defendeu, por outro lado, a alteração do regime do Imposto de Valor Acrescentado (IVA).

“Não temos dúvidas que era necessário pedir a Bruxelas a alteração do regime e que já foi dado a quatro países. Não há perda de receita, só um adiamento de receita”, explicou.

“Nós não estamos a propor nenhuma quebra na receita do Estado, nós estamos a propor que o momento da entrada do dinheiro nos cofres do Estado seja um momento diferente. Não estou a eliminar receita, estou a adiar o prazo desse pagamento”, defendeu a economista, referindo que é possível alterar uma norma comunitária.

Ao longo da reunião com as duas principais associações do turismo algarvio, a líder do PSD comentou ainda que “algumas normas” da Autoridade da Segurança Alimentar e Económica (ASAE) eram “muito excessivas” relativamente para com as pequenas e médias empresas as poderem executar.

Sobre a questão da competitividade, Ferreira Leite vaticinou: “Se não conseguirmos ultrapassar a nossa falta de competitividade Portugal não vai crescer”.

No final da reunião, o presidente de uma associação do turismo algarvio referiu que o sector no Algarve depende muito da segurança e pediu um “reforço policial” pelo menos durante os seis meses do ano com mais população.

“O Algarve tem uma imagem de destino seguro e essa imagem não deve cair”, disse Elidérico Viegas, da Associação dos Hoteis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), defendendo que o reforço policial seria um meio para diminuir a criminalidade. – **Fonte: Gab. Imp. PSD/Algarve**



PSD propõe alargar levantamento do sigilo bancário às suspeitas de fraude ou evasão e limitar a celebração de parcerias público-privadas

O PSD propôs alargar o levantamento do sigilo bancário aos casos de suspeita de fraude ou evasão fiscal e limitar a celebração de parcerias público-privadas a 0,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

As duas propostas de alteração ao Orçamento do Estado para 2009 foram apresentadas pelo líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, em conferência de imprensa, no Parlamento.

Paulo Rangel disse que o PSD entregou no total 52 propostas de alteração ao Orçamento para 2009, que representam um acréscimo de despesa “à volta dos 700 milhões de euros”.

O líder parlamentar do PSD destacou a proposta de “alargamento das hipóteses de levantamento do sigilo bancário, que acrescenta dois casos de levantamento do sigilo bancário sem necessidade de intervenção de um juiz”.

O PSD quer permitir o levantamento do sigilo bancário “sempre que seja indispensável para o combate à fraude e evasão fiscal” e também “nos casos em não há declaração de rendimentos feita”, acrescentou Paulo Rangel.

Quanto aos casos de suspeita de fraude ou evasão fiscal, Paulo Rangel disse que se trata de “uma cláusula larga, inspirada na legislação espanhola, embora feita com garantias”.

“Só pode ser feita pelo director-geral dos impostos sem possibilidade de delegação e tem de ser feita fundamentadamente”, sublinhou.

Outra proposta de alteração ao Orçamento para 2009 destacada por Paulo Rangel estabelece “um limite à celebração de parcerias público-privadas”, de “0,8 por cento do PIB”.

“O objectivo é evitar o endividamento e a sobrecarga às gerações futuras. Neste Orçamento é evidente que há uma série de encargos que ficam para 2013 e 2014, às vezes com um truque que é o Estado recebe à cabeça dinheiro e só em 2014 é que começa a pagar”, alegou.

“Deveria ser fixado um limite para a celebração das parcerias público-privadas para que não haja um sacrifício das gerações futuras e problemas orçamentais gravíssimos no médio prazo”, defendeu o líder parlamentar do PSD, argumentando que “é preciso tornar sustentável a política orçamental a médio prazo”.

Além disso, o PSD propôs hoje que o Governo faça um levantamento das dívidas do Estado central às autarquias e às regiões autónomas e regularize essas dívidas, como anunciou que iria fazer em relação às empresas.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, o presidente do grupo parlamentar começou por referir que foi recentemente anunciada “a regularização das dívidas do Estado às empresas, uma proposta do PSD que foi copiada ou retomada pelo Governo, embora não se saiba

como”.

“O que nós propomos é alargar este programa às autarquias e às regiões autónomas. O Estado tem dívidas, muitas delas reconhecidas, outras não reconhecidas, às autarquias e às regiões autónomas”, anunciou Paulo Rangel, que apresentava as alterações propostas pelo PSD ao Orçamento do Estado para 2009.

O líder parlamentar do PSD argumentou que as dívidas às autarquias e às regiões devem ser regularizadas “não só por razões morais, mas porque isto cria uma cadeia de não pagamentos”.

“O Estado não paga às autarquias e às regiões autónomas, estas não pagam aos fornecedores, não pagam às empresas. Cria-se um ciclo vicioso de incumprimento”, apontou.

O PSD propõe que, “num primeiro momento, no prazo de três meses, o Estado faça uma identificação de todas as dívidas que reconhece” às autarquias e às regiões autónomas porque “esse cálculo não está feito”.

“O Estado deve regularizar todas as suas dívidas e deve criar uma cadeia de bons pagadores. Isto até pode aliviar o programa de pagamentos aos fornecedores e às empresas, porque pagando às autarquias e às regiões autónomas elas vão pagar aos seus fornecedores”, defendeu Paulo Rangel.

PSD vai propor que a comissão de inquérito sobre o caso BPN analise a nacionalização do banco

O PSD vai propor que a comissão de inquérito sobre o caso BPN analise a nacionalização do banco e admite apoiar a audição do ex-ministro social-democrata Dias Loureiro.

“O PSD não está integralmente esclarecido sobre as razões da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN)”, afirmou aos jornalistas o deputado social-democrata Hugo Velosa, no Parlamento.

O parlamentar social-democrata garantiu que a sua bancada não se opõe à audição de Dias Loureiro, ex-administrador da SLN, detentora do BPN até à nacionalização.

“Não temos problemas que sejam pessoas ligadas ao PSD”, afirmou, admitindo que Dias Loureiro seja “o primeiro a querer ser ouvido”.

Já quanto a Oliveira e Costa, outro ex-governante do PSD que está em prisão preventiva por suspeita de burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, entre outros ilícitos, o caso é diferente.

Os social-democratas admitem a sua audição se “não existirem objecções



legais”.

O objectivo da comissão de inquérito, refere o texto da proposta do CDS-PP, é “aferir da existência de falta grave” do Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, no desempenho dos seus deveres estatutários, enquanto presidente da entidade supervisora.

A comissão visa ainda determinar “a forma como o Banco de Portugal cumpriu plenamente” os deveres legais de supervisão ao BPN entre 2001 e 2008.

Governo tenta legalizar retroactivamente ilegalidades do processo de avaliação

O PSD acusou o Governo de tentar legalizar retroactivamente ilegalidades do processo de avaliação dos professores através de “uma norma escondida” e “inconstitucional” incluída na proposta de Orçamento do Estado para 2009.

Em conferência de imprensa, no Parlamento, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, apresentou uma proposta de “eliminação dessa norma” do Orçamento do Estado para 2009.

“Há uma norma escondida, é o artigo 138º do Orçamento, em que o Governo assume que toda a nomeação dos professores para a avaliação, todas as nomeações, as delegações de competências para avaliar professores ao longo de 2008 são ilegais”, disse Paulo Rangel.

“Todo o processo de avaliação em que houve delegação de competências para avaliação é ilegal porque essas delegações não foram publicadas no Diário da República. Então o Governo incluí uma norma no Orçamento para legalizar retroactivamente todo o processo de avaliação dos professores”, acrescentou.

De acordo com o líder parlamentar do PSD “esta proposta do Governo é ilegal e inconstitucional porque vai tirar garantias a quem quisesse impugnar alguma nomeação, alguma delegação”, prejudicando os “professores que quisessem reagir”.

“Todas as delegações de competência para avaliar professores deveriam ter sido publicadas no Diário da República e não foram. E agora é no Orçamento, numa norma que não tem título nem tem nada, vem dizer que afinal se considera que estão dispensadas de publicação todas as delegações? Isto não tem sentido nenhum”, criticou.

Segundo Paulo Rangel, “isto revela mais uma vez que o processo de avaliação dos professores está completamente inquinado”.

O líder parlamentar do PSD referiu que “nem todas as avaliações são feitas por professores titulares e tem de ser feita delegação de competências para saber quem é que avalia” e que “sempre que as escolas recorrem à delegação de competências esta deveria ser comunicada”.

“Como se foram fazendo as avaliações sem fazer comunicação nenhuma das delegações, o Governo pretende agora retroactivamente dispensar dessa publicação todas as delegações feitas até agora. É uma norma inconstitucional e nós propomos a sua eliminação”, reiterou Paulo Rangel.

“Vamos entrar em clara recessão com um crescimento negativo em 2009”

O deputado do PSD Hugo Velosa considerou “preocupantes mas não inesperadas” as previsões da OCDE quanto à economia portuguesa, frisando que confirmam que Portugal vai entrar em “clara recessão” em 2009.

“Vamos entrar em clara recessão com um crescimento negativo em 2009. O desemprego é muito alto e há a possibilidade de Portugal entrar em défice excessivo em 2010”, destacou Hugo Velosa, em declarações aos jornalistas, no Parlamento.

Hugo Velosa reiterou que “era necessário que o Governo falasse verdade sobre a situação real do país”, numa alusão às declarações do primeiro-ministro, José Sócrates, que assinalou que as previsões para Portugal são “menos negativas” que para outros países.

“O Governo devia dizer qual é a situação verdadeira do país e não apenas comparar com países que vão ter uma recessão maior”, defendeu, sustentando que um crescimento de menos 0,8 por cento para a Alemanha tem menor impacto negativo naquele país do que um crescimento de menos 0,2 num país como Portugal.

“Era preciso uma mudança de discurso e também uma mudança de políticas”, defendeu Hugo Velosa.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento) reviu hoje em baixa as previsões de crescimento para a economia portuguesa para 2008 e 2009, antecipando agora uma contracção da riqueza gerada em 0,2 por cento no próximo ano.

Entre 2007 e 2008, a OCDE espera um abrandamento da actividade económica portuguesa, passando de um ritmo de 1,9 por cento no ano passado para 0,5 por cento este ano.

Quanto à taxa de desemprego, a OCDE estima que atinja novos máximos em 2009 e 2010. Depois de uma taxa de 8,0 por cento em 2007, o desemprego deve baixar para os 7,6 por cento em 2008 (valor hoje revisto em baixa pela OCDE), para posteriormente se agravar em 2009 em 2010 para novos máximos, nos 8,5 por cento (número revisto em alta) e 8,8 por cento, respectivamente.

As previsões de Junho da OCDE apontavam para uma taxa de desemprego nos 7,9 por cento, nos dois anos entre 2008 e 2009.

A OCDE estima ainda que Portugal deve voltar a quebrar o limite dos 3 por cento do PIB do défice público em 2010.

Os professores e o processo de avaliação

Penso que todos os cidadãos portugueses, incluindo os professores, entendem que estes últimos devem ser avaliados, tal como cada um de nós nas diversas profissões, seja na função pública ou na actividade privada.

No caso específico da Educação, a Sr.ª Ministra foi muitas vezes alertada e avisada, também pelo PSD, que a política do sector estava mal orientada e que deveria ser alterada, nomeadamente nas questões da Avaliação de Professores e no Estatuto do Aluno.

A segunda mega manifestação com cerca de 120.000 professores, não era composta só por militantes dos partidos da oposição, mas mesmo assim o Governo tentou e tenta que passe despercebida a contestação.

Se o Governo não tiver a capacidade de se entender com os professores será ele o responsável político pelas consequências para cada uma das pessoas e famílias prejudicadas.

A Sr. Ministra, que mal pode sair à rua, deve tirar daí as suas conclusões.

PERGUNTA: Considera que se os professores decidirem ‘suspender’ a participação no processo de avaliação, até que o mesmo seja revisto, devem ser punidos? – *Deputado Luís Rodrigues*

Governador do Banco de Portugal colocou-se no “papel de vítima”

O deputado do PSD Hugo Velosa considerou que o Governador do Banco de Portugal se colocou no “papel de vítima” e rejeitou que exista qualquer processo de “linchamento do supervisor”.

“Vitor Constâncio quis pôr-se no papel de vítima, tentou dizer que as pessoas que põem em causa o sistema de supervisão é porque ignoram o que seja, mas tudo demonstra que ela não estava funcionando em pleno”, considerou o deputado social-democrata, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

“Em muitos países tem havido fraudes muito maiores do que esta e em nenhum desses países se têm feito processos de linchamento do supervisor”, afirmou Vítor Constâncio, em entrevista ao canal 1 da RTP, segunda-feira à noite.

Hugo Velosa disse discordar que exista alguma tentativa de ‘linchamento’ e defendeu que “algo há a fazer em relação à supervisão bancária”.

Por seu lado, o deputado Pedro Mota Soares, do CDS-PP, frisou que “ninguém está acima da lei” e que, ao avançar para a constituição de uma comissão de inquérito, “o Parlamento está no exercício das suas competências próprias”.

Pedro Mota Soares rejeitou a possibilidade de Vítor Constâncio se estar a referir ao pedido que o CDS-PP fez para que se demitisse do cargo.

“Não acho que seja essa a questão. O Parlamento não faz linchamentos de ninguém. Que a verdade não assuste ninguém”, disse.

A proposta para a realização de um inquérito parlamentar à supervisão bancária do BPN vai ser discutida dia 03 de Dezembro. - *Fontes: Lusa, GP/PSD*



A imagem mediática dos media

João César das Neves (*)

Ninguém emenda um erro que não reconhece. Quem acha que tudo vai bem só corrige o mal demasiado tarde. A recente crise financeira mostra muitos casos destes. Em Portugal, onde vários sectores se reconhecem em graves dificuldades, há um que se julga em sucesso. Por isso é esse que tem realmente problemas graves. Não por serem grandes, mas por não serem assumidos.

Hoje o jornalismo reina soberano. Faz e desfaz poderes, promove e derruba personalidades, decreta juízos, recebe vassalagem de todos os interesses. Para um sector que ainda há anos passou por turbulências sérias, dificilmente se imaginaria situação mais vantajosa. Precisamente por isso, o jornalismo português vive um dos momentos mais perigosos da sua história.

A nossa imprensa traz pouca informação. Muita análise, intriga, provocação, boato, emoção, combate, mas pouca informação. O público não quer jornalismo, quer entretenimento. Para ter sucesso o repórter precisa de ter graça, ser espirituoso, ver o aspecto insólito.

Assume uma atitude de suposta cumplicidade com o leitor, ouvinte ou espectador desmontando para gáudio mútuo o ridículo que achou que devia reportar. Antecipa no relato o que assume ser o veredicto popular, condenando ou absolvendo aqueles que devia apenas retratar.

Assiste-se a uma verdadeira caça ao deslize, empolado até à hilaridade. Só triunfa se apanhar desprevenido e atrapalhar o entrevistado. Enquanto descreve o que vê quase às gargalhadas, não se dá conta da perda de dignidade profissional. Tem sucesso, mas não rigor. Quem segue a notícia fica com a sensação de ouvir aquele que, dos presentes, menos entendeu o que se passou no acontecimento.

Aliás, relatar o sucedido é o que menos interessa. O jornalista vai ao evento para impor a agenda mediática que levou da sede. A inauguração de um projecto revolucionário, por exemplo, só importa pela oportunidade de fazer a pergunta incómoda ao governante sobre o escândalo do momento. Investimentos de milhões, trabalho de multidões, avanços e benefícios notáveis são detalhes omitidos pela intriga picante

que obceca o periódico.

É significativo que existam em Portugal muitos analistas famosos e respeitados, mas poucos jornalistas reputados pelo facto de serem jornalistas. Os directores de informação costumam ser também colonistas. As referências da classe, são comentadores. Parece que informação e reportagem é actividade menor.

O mais curioso é que, embora a imprensa escrita e falada seja intensamente opinativa, nunca se assume em termos políticos. Não existe em Portugal o alinhamento ideológico explícito de jornais e emissoras de referência que existe em todos os países. O público não é informado da orientação do meio que escolheu, porque todos dizem apenas a verdade. Todos os repórteres têm opinião, mas todos são isentos de orientações e partidarismos. Os resultados são caricatos.

O actual Governo goza de clara benevolência jornalística. Apesar da contestação e inevitáveis "gafes", o tratamento não se compara com o dos antecessores. Por outro lado a imprensa já decidiu que Manuela Ferreira Leite não tem hipóteses. Não

interessa o que pensa ou propõe, apenas que não sabe lidar com os media, o pecado supremo.

Suspeita-se de campanhas organizadas, mas talvez não seja manipulação política, até porque o PS já sofreu o mesmo tratamento. A regra da imprensa é que "mais vale cair em graça que ser engraçado". O Bloco de Esquerda é sempre fresco e interessante, por muitos chavões bafientos que repita, enquanto PCP e PP são desprezados, por vezes sem disfarce. A culpa disto é em boa medida dos sujeitos, mas os mensageiros não são neutros.

Existe muita gente honesta e bem-intencionada no jornalismo. Mas é evidente (e paradoxal) que a imprensa tem hoje uma má imagem. Também é verdade que existe uma falta de imprensa verdadeira, objectiva, respeitada, idónea. Muitos dos que relatam o jogo participam nas equipas. Quando o jogo se suja, avolumam-se as suspeitas. Isto ainda não afecta o poder da imprensa, mas já degrada a classe. - (*) *Professor Universitário; ©DN*

Cartas ao PSD

De um professor - carta assinada, mas que decidimos manter sob anonimato, para evitar represálias – recebemos, a propósito do chamado “prémio do Professor do ano” a seguinte carta, que sumariza um mail colectivo, que corre na Internet:

Professor do ano

Professor do ano foi aquele que, com depressão profunda, persistiu em ensinar o melhor que sabia e conseguia os seus 80 alunos.

Professor do ano foi aquela que tinha cancro e deu as suas aulas até morrer.

Professor do ano foi aquela que leccionou a 200 km de casa e só viu os filhos e o marido de 15 em 15 dias.

Professor do ano foi aquela que abandonou o marido e foi com a menina de 3 anos para um quarto alugado. como tinha aulas à noite, a menina esperava dormindo nos sofás da sala dos professores.

Professor do ano foi aquele que comprou o material do seu bolso porque as crianças não podiam e a escola não dava.

Professor do ano foi aquele que, em cima de todo o seu trabalho, preparou acções de formação e se expôs partilhando o seu saber e os seus materiais.

Professor do ano foi aquela que teve 5 turmas e 3 níveis diferentes.

Professor do ano foi aquele que pagou para trabalhar só para que lhe contassem mais uns dias de serviço.

Professor do ano foi aquele que fez mestrado suportando todos os custos e sacrificando todos os fins-de-semana com a família.

Professor do ano foi aquele que foi agredido e voltou no dia seguinte com a mesma esperança.

Professor do ano foi aquele que sacrificou os intervalos e as horas de refeição para tirar mais umas dúvidas.

Professor do ano foi aquele que organizou uma visita de estudo mesmo sabendo que Jorge Pedreira considerava que ele estava a faltar.

Professor do ano foi aquele que encontrou forças para motivar os alunos depois de ser insultado e indignamente tratado pelos seus superiores do ME.

Professor do ano foi aquela que se manifestou ao sábado sacrificando um direito para preservar os seus alunos.

Professor do ano... foi aquele que fez greve sacrificando o salário de um ou mais dias para lutar pelos seus direitos que o ME persiste em não reconhecer.

Professor do ano foi aquele presidente de executivo que viveu o ano entre o dever absurdo, a pressão e a escola a que quer bem, os colegas que estima.

Professores do ano, todo o ano, fomos todos nós, professores, que o continuamos a ser mesmo após uma divisão absurda.

Professor do ano... tanto professor do ano em cada escola, tanto milagre em cada aluno.

Somos mais que professores do ano. Somos professores sempre!

- Um Professor

“Estagnação” ou a “liberdade de informar” na “Lusa”

Ricardo Rio (*)

1. Uma vez estancados os principais sintomas do terramoto que assolou o sistema financeiro internacional, por via da acção decidida da generalidade dos Governos e organismos públicos, eis que o sistema bancário ganha especial protagonismo, pelos piores motivos, no nosso País.

Assim, ainda o País “lambe as feridas” do caso BPN – que colocou (mais uma vez) a nu as fragilidades do sistema de supervisão – e já se antecipava a possibilidade de falência de uma outra instituição financeira, no caso, o Banco Privado Português (BPP).

Numa primeira fase, o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal expressaram publicamente a sua recusa de apoiar financeiramente o BPP, quer através da injeção de capitais, quer através da concessão de um aval do Estado no valor de 750 milhões de Euros.

Desta feita, as posições do Governo e do Banco de Portugal não eram propriamente criticáveis uma vez que alicerçadas em dados objectivos: é verdade que o eventual colapso do BPP não acarretava o risco de impactar directamente com o resto do sistema bancário (não há o designado “risco sistémico”) e é também um facto que as linhas de crédito criadas se destinam a gerar liquidez na actividade comercial da Banca, em benefício dos seus clientes. Ora, o BPP é um Banco de Investimento, orientado para a gestão de património, com um peso residual de actividade bancária tradicional.

Em bom rigor, não se podia enquadrar a possível falência do BPP na mesma natureza de fenómenos que puseram em risco a subsistência de outras instituições financeiras a nível internacional, pese embora o a mesma decorra do risco de mercado que sempre se associa à gestão de qualquer investimento, e seja mesmo o mercado (e a sua significativa desvalorização) a traír aqueles que mais nele confiaram.

A esta luz, também não se pode equiparar de todo a situação do Banco Privado ao “caso Banco Português de Negócios”, principalmente à medida que novas informações vão sendo tornadas públicas sobre a investigação em curso nesta última instituição.

Seja como for, o final da passada semana deu à luz uma nova estratégia das Autoridades nacionais, o BPP será salvo e os seus investidores podem descansar com a defesa “do bom nome do País”.

2. À margem da esfera financeira, o mundo espera pelos primeiros sinais de retoma, depositando esperanças na capacidade de dinamização da economia internacional dos seus tradicionais motores.

Neste contexto, as primeiras medidas do futuro Presidente dos Estados Unidos são aguardadas com natural expectativa, seja pelo especial compromisso assumido com essa área pelo candidato eleito, seja pela reputação da equipa que constituiu (em que chegou a considerar-se a hipótese de entrar o multimilionário Warren Buffet), seja pela especial vocação Keynesiana da política económica deste País.

Ora, segundo os primeiros dados trazidos a público, a aposta vai ser mesmo na redução das taxas de juro e impostos e no fortalecimento do investimento público, com injeções maciças de fundos na economia real.

Em tese, é de admitir que tais iniciativas possam produzir os seus frutos no curto, médio prazo, mas pode colocar-se dúvidas sobre as suas reais consequências no longo prazo.

Afinal, se tomarmos por referência o que se passou no Japão na década de 90, poderemos admitir que estas políticas podem acarretar um período deflacionista e um forte crescimento da dívida pública, que talvez não sejam contrabalançados por um crescimento económico tão forte quanto seria desejável.

Todavia, a envolvente é naturalmente diferente e face à actual situação económica, talvez valha a pena “pagar para ver” os efeitos de tais medidas.

3. Por esta altura, estará já o(a) estimado(a) leitor(a) a questionar-se quanto à razão da escolha do título do presente artigo.

Pois bem, os portugueses ficaram a saber na passada semana que, no “34º ano da graça da democracia” no nosso País, os redactores de economia da Agência LUSA – a principal agência de informação Portuguesa – foram **“proibidos de utilizar a palavra estagnação para qualificar a evolução de 0,1 por cento prevista para o PIB português em 2009”** pelo Fundo Monetário Internacional.

A informação foi divulgada pelos membros eleitos do Conselho de Redacção desta Agência de Informação de capitais maioritariamente públicos, o órgão que tem por objectivo supervisionar o cumprimento das regras editoriais e deontológicas dentro da própria Agência.

De igual forma, os membros do Conselho de Redacção da Lusa revelam que já em Outubro último, na véspera das Eleições Regionais dos Açores, a jornalista da LUSA que tratou os dados do desemprego divulgados pelo IEFPP fora “aconselhada” a fazer uma peça a destacar que os Açores tinham sido a região onde o desemprego mais tinha caído em Setembro.

Esta “Estagnação!” é, pois, uma homenagem a quem pode dar a sua opinião ou retratar a realidade sem censura, nem “orientação”. Mas também podia ter escrito “Liberdade” ou “Democracia”, não?



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUÍS MARQUES GUEDES

No encerramento do debate final sobre o Orçamento de Estado para 2008

Senhor Presidente,
Senhor Primeiro-Ministro,
Senhores membros do Governo,
Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento do Estado para 2009 é o último deste ciclo político de maioria socialista.

Fazendo jus à prática e ao estilo que marcou este ciclo, é um Orçamento mentiroso, que parte de bases assumidamente falsas, para acomodar políticas e opções que são erradas e vão continuar a penalizar as pessoas e as empresas.

Sim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um Orçamento mentiroso, na linha da mentira orçamental com que este governo iniciou o seu mandato em 2005.

Uma mentira que diz muito sobre a forma de estar e os objectivos políticos do seu governo, Senhor Primeiro-Ministro.

Mas que, como os quase quatro anos que leva de governo demonstraram à saciedade, tem sido fatal para o estado da Nação, seja nos planos económico, social e da qualidade de vida, seja no plano anímico e de mobilização das pessoas para o progresso do País.

Portugal está hoje mais pobre. Mais endividado. Mais dependente daquilo que não controla. Mais atrasado em relação aos seus parceiros europeus.

Os Portugueses estão mais deprimidos. Mais endividados. Mais desempregados. Têm mais medo. Passam por mais dificuldades em chegar ao fim de cada mês.

E só por fidelidade à política da mentira é que se poderá dizer que a culpa é da actual crise financeira.

Não é!

A crise financeira veio foi pôr a nu, tornar indistigável por mais tempo, aquilo que a propaganda e a mentira procuravam esconder.

Porque a verdade, Senhor Primeiro-Ministro, está nos números arrasadores que ilustram o desempenho económico e social do seu governo ao longo deste mandato.

E ilustram hoje, quando começamos a sofrer os efeitos da crise financeira, como já ilustravam há três meses atrás, antes da crise se evidenciar e esse impacto se fazer sentir.

A verdade, Senhor Primeiro-Ministro, é que em 2005, 2006, 2007 e numa boa parte de 2008, o governo beneficiou de uma conjuntura económica internacional de forte crescimento.

Cresceu, e muito, aqui ao lado a nossa vizinha Espanha. Cresceu, e muito, o conjunto da União Europeia. Cresceu, globalmente, a economia mundial.

Mas a sua política conseguiu que o País pouco ou nada beneficiasse com essa conjuntura tão favorável.



Pela segunda vez, nos últimos treze anos, Portugal teve a desdita de esbanjar a enorme oportunidade de desenvolvimento que representam os períodos de crescimento da economia europeia e mundial.

Pela segunda vez, pela mão de um governo do partido socialista.

É certo, independentemente de muitos dos responsáveis no governo serem repentes, que há diferenças importantes entre o primeiro e este segundo fracasso governativo.

Mas são sobretudo na forma.

O diálogo, a dessacralização do poder, a cultura laxista do bacalhau a pataco foram substituídos pela hostilidade e agressão gratuitas, pela cultura do líder de ouro, e pela encenação e manipulação obsessivas no forjar de resultados.

Mudou o estilo, de facto, mas não mudaram muito as receitas políticas e o modelo económico que aprisiona o desenvolvimento do País.

Essas diferenças de estilo, contudo, são profundamente nefastas para a qualidade da democracia.

Em vez do ânimo e da mobilização que a sociedade precisa, cria-se um clima pastoso que mina a confiança e acicata a conflitualidade.

O governo alimenta a ilusão de que a lama e a descrença que lança e cultiva em relação àqueles que em cada momento escolhe como adversários ou alvos a abater, lhe passam ao lado e o deixam imune.



Mas isso não é verdade.

A cultura do desrespeito pela dignidade das pessoas e das instituições vira-se fatalmente contra tudo e contra todos.

E é pena que este governo tenha, tão irresponsavelmente, escolhido esse como o seu caminho.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O debate que aqui fizemos sobre o Orçamento do Estado para 2009 foi mais um exercício do jogo duplo em que o governo se especializou.

Jogo duplo com a oposição, e jogo duplo com os Portugueses.

Num estilo muito próprio, que é sua imagem de marca, o governo passa a vida a desviar a atenção da fragilidade das suas políticas, exigindo à oposição a apresentação de propostas e a formulação de alternativas.

Que é assim que deve ser. Que é isso que o País precisa.

Pois bem.

As propostas aqui estiveram. Foram apresentadas e fundamentadas, para serem cegamente rejeitadas pela maioria e pelo governo.

Não porque fossem impróprias ou desfasadas daquilo que as pessoas e a economia efectivamente precisam.

Não!

Foram rejeitadas tão só porque foram formuladas e defendidas pelo PSD.

Mas é também jogo duplo com o País, pois são já muitas as propostas que depois de publicamente denegridas e rejeitadas, vêm, sorrateiramente, a ser num segundo momento remaquilhadas e adoptadas pelo governo.

Ao realizar a tacanhez das suas posições, o governo corre a dar o dito por não dito.

Aparece a defender o que antes vilipendiara, tomando como suas as medidas que, na mão do PSD, apodou de irresponsáveis.

Já foi assim no caso da imperiosa necessidade de pagar as dívidas do Estado às Pequenas e Médias Empresas.

Como, tudo indica, igualmente acontecerá com o mais do que justo alargamento do período de atribuição do subsídio de desemprego, primeiro proposto pelo PSD e agora também defendido pela Comissão Europeia.

O resultado de tudo isto é o descrédito político do governo.

As pessoas podem ser enganadas uma vez, mas não andam sempre distraídas.

Como se pode confiar num governo que não tem políticas nem comportamentos de verdade?

Como se pode confiar na recuperação do País pela mão de um Primeiro-Ministro e de um governo em que não se pode confiar?

Os dados de ontem, do Instituto Nacional de Estatística são eloquentes e devastadores.

O indicador de clima económico registou em Novembro o seu mínimo histórico, na série iniciada em 1989. Todos os indicadores de confiança sectoriais, todos, repito, apresentaram um andamento negativo.

O indicador de confiança dos consumidores, das pessoas e das famílias, situou-se, também em Novembro, no seu mínimo histórico, da série iniciada em 1986.

É obra!

É a obra de uma política económica falhada. Que os Portugueses bem sentem e que só o governo teima em não reconhecer.

É a obra de um governo cujo Ministro das Finanças, no ranking publicado pelo "Financial Times", aparece, sem surpresa - ou talvez apenas para o próprio -, colocado no desastroso último lugar entre os países da União Europeia.

É a obra de um governo que desde o seu início de funções, afundou Portugal dezoito lugares no ranking mundial da competitividade.

É a obra que vos deve envergonhar a todos, senhores membros do Governo e senhores Deputados desta maioria.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Portugal não está condenado a este deprimente rol de mínimos históricos e de últimos lugares.

Não temos de nos resignar à fatalidade de sermos mal governados.

A nos endividarmos e empobrecermos enquanto outros enriquecem e progredem.

A insistir, numa atitude obtusa, em receitas que comprovadamente não dão bons resultados.

Que nos atiraram para esses mínimos e essa cauda dos rankings, enquanto outros cresceram e se desenvolveram.

Este Orçamento do Estado, mentiroso e em que ninguém de bom senso acredita, aposta exactamente nessas receitas estafadas.

Em mais, do mesmo.

Com este Orçamento do Estado, o País inicia uma imparável contagem decrescente para a depressão e a recessão económica.

Só lhe vislumbro um único aspecto francamente positivo.

É ser o último desta maioria e deste governo. - LMG



Lido e reproduzido da imprensa de referência

Oitenta e sete empresas lançaram, só no terceiro trimestre de 1980, mais de 1500 pessoas para o desemprego

© Catarina Almeida Pereira, do “DN”

Emprego: processos de despedimento colectivo em 87 empresas lançaram, só no terceiro trimestre, mais de 1500 pessoas para o desemprego. E os 155 processos registados de Janeiro a Setembro já ultrapassam os números de todo o ano de 2007. O Norte é, por tradição, a região mais afectada

Pequenas e micro empresas são as mais afectadas

Os processos de despedimento colectivo mais do que duplicaram no terceiro trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto o número de desempregados quase triplicou. Os dados da Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho mostram que de Julho a Setembro, 87 empresas concluíram processos de despedimento colectivo, que lançaram 1509 pessoas para o desemprego. Em período homólogo, os processos tinham envolvido 32 empresas e resultado em 446 despedimentos efectivos.

Desde o início do ano que a cada trimestre que passa o número de processos e de desempregados aumenta de forma inequívoca (ver gráfico 1). A informação disponível mostra que 2008 será, provavelmente, um ano pior: os processos concluídos até Setembro (155) equivalem já ao total registado durante todo o ano passado e o número de despedidos (2591) é já superior. Nestes primeiros nove meses de 2008, o Norte de Portugal foi a região mais afectada, com 43% das empresas e mais de metade do total de pessoas afectadas. Os processos foram mais frequentes em pequenas e microempresas, que de Janeiro a Setembro desencadearam 77% dos casos. As grandes empresas concluíram menos processos (8% dos casos), mas que tiveram, naturalmente, mais impacto na população (36% do número de desempregados).

Apesar da região norte ser tradicionalmente a mais afectada e manter ainda a predominância nos casos acumulados desde o início do ano, os dados mais

recentes apontam para um agravamento da situação na região de Lisboa e Vale do Tejo. No terceiro trimestre deste ano, 42 processos resultaram em 408 despedimentos, o que corresponde a uma proporção anormalmente alta para esta região do País.

Mais de 4 mil em risco

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social publica ainda dados sobre os processos abertos e sem desfecho confirmado. Também estes foram aumentando à medida que os trimestres passavam. Desde o início do ano foram iniciados 230 processos de despedimento colectivo (97 no terceiro trimestre) que ameaçaram 4171 postos de trabalho (mais de 2000 no terceiro trimestre). No mesmo período do ano passado, não foram além de 184 empresas e cerca de 3000 postos de trabalho ameaçados. Quase metade dos processos abertos este ano está localizada em Lisboa e Vale do Tejo, sendo o Norte a segunda região em risco.

O contexto económico não é o mais favorável à resolução pacífica destes casos. Com uma economia que hesita entre a estagnação e a recessão, os empresários terão mais dificuldade em manter emprego. A análise das instituições mais credíveis apontam, aliás, para a provável destruição de postos de trabalho. A Comissão Europeia prevê que em 2009 a economia deixe de criar emprego; a OCDE é mais dramática ao sugerir uma redução de 0,5%.

O agravamento do cenário foi, aliás, confirmado, pelos últimos dados oficiais. O Instituto Nacional de Estatística revelou que a taxa de desemprego foi de 7,7% no terceiro trimestre deste ano. O Instituto de Emprego e Formação Profissional revelou uma subida do número acumulado de desempregados, pela primeira vez em 31 meses. – *Com agradecimentos ao DN*

 Local

Notícias da Madeira

PSD/M critica postura “autista” da Ministra da Educação

O PSD/M criticou a postura “autista” da Ministra da Educação que está a conduzir o ensino para “um beco sem saída” e garantiu aos professores da Madeira um “tratamento diferente” do dispensado aos docentes do continente.

Em conferência de imprensa, os deputados sociais democratas madeirenses repudiaram “a atitude cínica, pouco clara e demagógica do PS e do Governo da República quando acusam o executivo regional de falta de seriedade” por ter atribuído administrativamente “bom” a todos os docentes do arquipélago, quando recorreu a medida semelhante em 2007 e 2008.

Consideram que esta decisão do Governo Regional “indicia um sinal de

confiança na classe docente da Madeira e induz nas escolas um clima de paz, de serenidade, susceptível de proporcionar melhores condições de ensino-aprendizagem”.

O PSD/M teceu duras críticas ao “modelo de avaliação que o Ministério quer impor”, apontando que contribuiu para que o país “entrasse em convulsão, em contestação generalizada que tudo indica conduz a educação para um beco sem saída”.

Manifestou profunda preocupação pelo “estado de turbulência, agitação e degradação a que chegou a Educação deste País”, adiantando compreender a “atitude de revolta e de contestação dos professores contra uma política arrogante, autista e prepotente da

Ministra da Educação que pretende impor um modelo de avaliação, não exequível à realidade escolar”.

Argumenta que “a teimosia e falta de humildade” do executivo central, na sua cegueira obstinada de apontar os professores como os grandes responsáveis pelo abandono e insucesso escolares, está a criar uma situação insustentável que poderá acarretar graves consequências para o bom e normal funcionamento das escolas públicas”.

Sustenta que esta reforma educativa “em vez de contribuir para um melhor desempenho da classe docente, teve um enorme efeito perverso - conduziu a uma situação de abandono, de desânimo e de revolta”

Sobre a adesão dos professores da Madeira à greve convocada para 03 de Dezembro, Jorge Moreira considera que os docentes da Região só poderão alegar a solidariedade para com os colegas do continente para paralisar no arquipélago.

“Os docentes da Madeira poderão estar cientes de que, jamais, serão tratados como os seus colegas do Continente e que, como sempre afirmamos, o nosso Estatuto Regional da Carreira Docente consagra uma carreira horizontal, sem quotas, sem entraves, sem estrangulamentos, premeia o mérito e incentiva ao desempenho de qualidade”, conclui o grupo parlamentar do PSD/M. – *GP/PSD-M*”



Notícias de Braga

As Concelhias da Distrital de Braga desmentem dúvidas e asseguram apoio total a Ferreira Leite

O líder da Concelhia de Braga do PSD, Ricardo Rio disse, hoje, em Braga que os militantes do partido esperam que, “de uma vez por todas deixe de haver estruturas que promovem a auto-flagelação, ao porem em causa a liderança de Manuela Ferreira Leite”.

Em declarações à Lusa, Ricardo Rio disse que “a esmagadora maioria dos militantes sente que o PSD se está a credibilizar perante a opinião pública, por sentirem que a sua líder representa uma alternativa válida e séria à incompetência do Governo socialista”.

“Os ataques constantes que o primeiro-ministro, directamente, ou através dos seus ministros faz às posições de Manuela Ferreira Leite mostram que o PS está preocupado com a sua penetração junto da opinião dos portugueses”, declarou.

O dirigente local, que pertence, também, à Comissão Política Nacional do PSD, comentava a decisão da Comissão Permanente da Distrital de Braga do PSD de convocar um plenário de militantes para debater a liderança de Manuela Ferreira Leite.

Ricardo Rio manifesta-se convicto de que “a Distrital de Braga dará todo o apoio, com lealdade, à direcção nacional nos combates eleitorais que se avizinham”, sublinhando que “tal tem sido a vontade que encontrou sempre que falou com os membros da actual Comissão Política Distrital, incluindo o seu presidente, Virgílio Costa”.

Ricardo Rio assinala que “os membros da Distrital que acenam com uma eventual candidatura de um membro do partido tão caro aos militantes como Marcelo Rebelo de Sousa estão apenas a querer transformá-lo num eventual “cavalo de Tróia” ao serviço de um regresso ao passado recente, de tão má-memória”.

A Comissão Permanente decidiu, esta semana, convocar os órgãos do partido tendo em vista a possibilidade de convocação de um congresso extraordinário.

A primeira reunião, realizada na semana passada, na quinta-feira à noite, da Comissão Política Distrital, alargada aos presidentes das secções concelhias do distrito, manifestou “solidariedade” à presidente do PSD, tendo estado, também, contra um eventual pedido de realização de um congresso extraordinário e a maioria dos líderes concelhios do PSD/Braga manifestou-se, contra a realização de



um Congresso extraordinário do partido, tendo prestado “solidariedade” a Manuela Ferreira Leite.

Virgílio Costa adiantou que ele mesmo fez uma intervenção, na abertura de uma reunião das concelhias, manifestando-se contra a eventual realização de um Congresso e contra “atitudes radicais”.

Garante que a Distrital nunca pretendeu pôr em causa a liderança de Manuela Ferreira Leite, frisando que o facto de um membro da sua Comissão Permanente se ter manifestado contra a líder, foi, apenas, “uma posição individual”.

“O nosso objectivo é o de contribuir para combater o desânimo e para que o partido seja reconhecido como alternativa pelos portugueses”, afirmou, frisando que a Distrital “mantém, inteiramente, a lealdade institucional para com a direcção”.

A posição de Virgílio Costa não foi considerada suficiente pelos representantes das concelhias de Guimarães e de Braga, Emídio Guerreiro e Serafim Rebelo para quem Manuela Ferreira Leite recebeu,

quinta-feira à noite, o apoio, “sem reservas” de 10 das 13 secções concelhias de Braga, em reunião convocada pela Distrital.

O vice-presidente da Concelhia de Braga, Serafim Rebelo adiantou que, no que toca à possibilidade de convocação de um congresso extraordinário, foram 12 as concelhias que se manifestaram contra, tendo outras dez apoiado a actual liderança “e a sua linha política de credibilização do partido”.

Autarcas do PSD visitaram Freguesia de Real Ricardo Rio enaltece papel do escutismo na formação da população jovem do Concelho

O líder da Coligação “Juntos por Braga” e Vereador na Câmara Municipal, Ricardo Rio, acompanhado por elementos da CPS-PSD de Braga e de Autarcas do PSD na Assembleia de Freguesia de Real, efectuou este Sábado uma visita ao Corpo Nacional de Escutas (CNE) -

Agrupamento de Real e à Associação dos Escoteiros de Portugal – Grupo de Real.

A visita foi ainda aproveitada para contactar com moradores da Rua do Barral que manifestaram a sua apreensão pelos incómodos e prejuízos graves nas suas habitações decorrentes da falta de escoamento das águas pluviais na rua onde residem.

A iniciativa resultou do convite dos eleitos pela Coligação Juntos por Braga à Assembleia de Freguesia de Real, inserida numa série de visitas programadas às diversas instituições da freguesia, tendo Ricardo Rio aproveitado mais esta visita para conhecer de perto o meritório trabalho que os responsáveis por estes dois Corpos de Escutas têm feito em prol das crianças da Freguesia.

Acompanhado por Rui Milhão, que encabeçou a lista da Coligação à Assembleia de Freguesia de Real em 2005, Ricardo Rio e a restante comitiva foram recebidos pelos responsáveis dos dois agrupamentos, tendo procedido à visita a ambas as sedes, que funcionam em espaços cedidos pela Junta de

Freguesia.

Considerando estas instituições um pilar importante na sociedade Realense, tal como nas demais freguesias do Concelho, Ricardo Rio desejou que continuem pujantes e com capacidade de mobilização, enaltecendo os méritos do serviço que prestam à sua comunidade, pela importante formação cívica, moral e humana que incutem na população mais jovem.

Na óptica do Vereador Social Democrata, a missão destas estruturas é tanto mais importante numa freguesia que se deparou historicamente com diversos problemas de índole social, por força do menor nível de vida da sua população e da incidência de diversas patologias sociais, a que a população jovem é particularmente susceptível.

Durante esta visita, Ricardo Rio tomou conhecimento dos projectos e das dificuldades com que se deparam diariamente estes agrupamentos, sendo de registar o espírito de colaboração das Autarquias locais no desenvolvimento das actividades destas colectividades.

Ainda assim, é de destacar o facto de tais actividades serem essencialmente suportadas pelas quotizações, por receitas próprias e por apoios extraordinários para certas iniciativas, pagos pelas famílias das crianças.

O líder da Coligação na Assembleia de Freguesia de Real, Rui Milhão, transmitiu a sua satisfação por ver que mais de uma centena de jovens da freguesia se conseguem organizar nestes movimentos desempenhando já um papel importante no campo social, desejando que continuem a colocar as suas competências ao serviço da comunidade, prestigiando assim a



freguesia e contribuindo decisivamente para a qualidade de vida da população jovem de Real.

Findas as visitas às instituições, Ricardo Rio tomou ainda contacto com alguns moradores da Rua do Barral que denunciam, há praticamente uma década, as difíceis condições de circulação e acesso às suas residências que resultam da inexistência de escoamento de águas pluviais ao longo da Rua do Barral. Por acréscimo, nos dias de maior pluviosidade, é mesmo normal verem-se confrontados com a entrada de água nas suas garagens, situação que se agravou com a pavimentação realizada.

Confrontados com a ausência de uma acção determinada da Junta de Freguesia junto dos Serviços Municipais, os moradores têm vindo a questionar directamente a Câmara Municipal sendo que após uma primeira informação de que seria impossível (porque oneroso) corrigir tal situação, aguardam agora o parecer de nova visita dos técnicos da Câmara que recentemente teve lugar. – **Do nosso correspondente**

Informação aos munícipes sobre a descoberta de um templo romano

O PSD de Braga defendeu a criação de um sistema de informação aos munícipes sobre a descoberta de um templo romano, datado do século I, na Avenida da Liberdade.

O líder da Coligação Juntos por Braga, Ricardo Rio, adiantou à Lusa que a proposta vai ser feita à autarquia e à Universidade do Minho (UM).

Na reunião de vereadores, que se realizou quinta-feira, Ricardo Rio pediu que seja lançado um sistema de informação, envolvendo a Unidade de Arqueologia da UM e a câmara municipal, para que a comunicação social e os munícipes saibam do andamento das escavações arqueológicas.

“Basta que a Unidade dê conferências de imprensa periódicas ou que ponha as descobertas e o porquê da sua importância no seu próprio site”, sublinhou o autarca social-democrata.

A intervenção arqueológica, que decorre naquela avenida, no centro de Braga, colocou a descoberto, na mesma área em que em recentemente foi encontrada uma necrópole, um templo romano tido como de “grande importância patrimonial e científica”.

As escavações estão a ser feitas, por imperativo do próprio concurso público municipal, para adjudicação da obra de prolongamento do túnel da Avenida.

Durante uma recente visita de deputados municipais ao local, o arqueólogo Luís Fontes - sublinha Ricardo Rio - enfatizou a grandeza da descoberta, defendendo, a musealização “in situ” do achado.

Esta proposta implica que a circulação rodoviária se faça por viaduto, a partir da zona dos antigos CTT.

O especialista defendeu também “que já não será possível prolongar o túnel da Avenida da Liberdade para além do quarteirão dos antigos Correios”, o que altera todos os planos da obra.

Contactado pela Lusa, João Paulo Mesquita, do Gabinete da Presidência da Câmara de Braga, não quis tecer comentários sobre o achado, limitando-se a garantir que a obra continua tal como estava projectada.

O achado, que se supõe ser um templo ou uma basílica romana datada do século I, “é uma construção única e encontra-se em muito bom estado de conservação”.

A Unidade de Arqueologia estima que a construção, que terá sido sujeita a obras nos séculos II e III, tenha 300 metros quadrados de área (24 metros por 12 metros) e se encontre totalmente debaixo do piso da Avenida da Liberdade. – **Do nosso correspondente**

Notícias de Sintra

Inauguração do Centro Comunitário “Alto do Forte”

O Centro Comunitário do Alto do Forte, situado na Serra das Minas, freguesia de Rio de Mouro, foi inaugurado dia 27 de Novembro, pelas 15H30, pelo Presidente da Câmara Municipal, Fernando Seara.

Situado num dos bairros do Concelho de Sintra mais carenciados em equipamentos sociais, onde foram realojadas dezenas de famílias, o Centro Comunitário do Alto do Forte é um equipamento municipal gerido pelo Centro Comunitário Paroquial de Rio de Mouro com valências nas áreas da infância, terceira idade e formação profissional.

No que se refere ao apoio à Infância, ali está instalada uma Creche para 38 crianças (dos 4 meses aos 3 anos) e um Jardim de Infância com capacidade para 50 crianças (dos 3 aos

5 anos). Quanto à área de apoio à terceira idade, o Centro tem capacidade para o desenvolvimento das valências de Centro de Dia e de Apoio Domiciliário.

No Centro Comunitário do Alto do Forte existe ainda um Centro de Formação Profissional que mantém um protocolo com o Centro de Formação Profissional de Sintra. Aqui é dada formação qualificada e certificada nas áreas da restauração, novas tecnologias, cabeleireiro, auxiliares de acção educativa, técnico de contabilidade, técnico de higiene e segurança. Neste momento, cerca de 90 pessoas recebem formação profissional neste centro.

O Centro começou a funcionar de forma gradual a partir de Setembro de





2007, tendo iniciado a sua actividade com a formação profissional, seguida da Creche, posteriormente Centro de Dia e agora Jardim de Infância.

O objectivo é conseguir o envolvimento da população, estimulando a sua participação nas diversas actividades que se já se realizam no interior e exterior do edifício.

Este Centro, cujo investimento ascendeu a 2.000.000,00€, pretende ser uma estrutura polivalente de serviços e actividades que visem a promoção e integração social dos indivíduos e das famílias, estimulando a sua participação e fomentando o voluntariado. A sua construção veio proporcionar mais qualidade de vida e um melhor futuro à população local. –

Gab. Imp. CMS

Iluminações de Natal já enchem de luz o Centro Histórico e a Vila de Sintra

As iluminações de Natal já enchem de luz o Centro Histórico e a Vila de Sintra, desde o dia 21 de Novembro quando, junto à enorme árvore de Natal situada no Centro Histórico da Vila de Sintra, o Presidente da Câmara de Sintra, Fernando Seara, acendeu as cerca de 600 mil luzes que enfeitam as ruas da vila.

Assim, até 7 de Janeiro, Sintra estará mágica.

O Largo do Palácio da Vila, bem no Centro Histórico, está “coroadado” com uma enorme árvore de Natal, com 15 metros de altura, 6 metros de diâmetro, 4 toneladas e mais de 5 mil lâmpadas e flores de Natal. - CMS



Notícias do Algarve

«Basta de Barbárie!»

“Basta de Barbárie!” é o slogan utilizado pelas Mulheres Social-Democratas nesta campanha que se prolonga até dia 29 de Novembro no Algarve.

Numa campanha simples o Movimento das Mulheres Social Democratas do Algarve, que existe há precisamente dois meses, está a distribuir panfletos com o Número Nacional de Emergência para Apoio às Vítimas de Violência Doméstica - 800 202 148. Trata-se de meia página A4 com informação útil, fácil de dobrar e de guardar para utilizar quando fizer falta. O número em causa é gratuito, funciona 24 horas por dia. É um serviço anónimo e confidencial, com funcionários especialmente formados para atendimento de vítimas de violência doméstica. Prestam informação sobre os direitos das vítimas, apoio psicológico, indicam os recursos de apoio que existem e onde se devem dirigir.

Esta operação inédita no Algarve, e no próprio PSD reúne nas ruas mulheres e homens numa mesma causa que é de todos. “A acção de sábado dia 22, nos mercados municipais e nas ruas de várias localidades teve muito boa aceitação por parte das pessoas, inclusive por homens, e muitos estrangeiros residentes, havendo também vários relatos de casos de Violência Doméstica, por parte de mulheres que se assumiram vítimas”, referiu Mendes Bota, relator da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa para esta temática, e líder do PSD/Algarve.

Aliás, este deputado, acompanhado de um grupo de homens e mulheres de Portimão, distribuiu panfletos no Mercado, durante a manhã do último sábado com as mulheres daquele núcleo, e durante a tarde participou na conferência intitulada “Convivendo com a Violência”, organizada pelas mulheres do núcleo de Loulé. Uma conferência que juntou à mesma sala psicólogos, juristas, técnicos de Serviço Social, políticos.

Além de Portimão e Loulé, o MMSDA esteve activo nas ruas de Vila Real de Santo António, S. Brás de Alportel, Albufeira, Lagoa, Silves, Olhão, Lagos, Vila



do Bispo, Monchique

As Mulheres Social Democratas do Algarve, que ao longo semana depositarão panfletos em locais chave das suas freguesias, congratulam-se pela iniciativa que se repetirá nos dias 25 de Novembro, pelas 17:30 em Castro Marim (com ponto de encontro frente ao Largo da Câmara Municipal) e em Aljezur (no Largo da Igreja Nova), e no dia 29, as mulheres de Silves saem novamente à rua, desta vez na freguesia de São Bartolomeu de Messines.

Comunicado nº 18 do PD/Algarve

MOTA PINTO EM LAGOA

Irá realizar-se no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, pelas 20,00 horas, no Restaurante da Fatacil, em Lagoa, o tradicional Jantar de Natal do PSD/Algarve.

O convidado de honra este ano, que fará a prelecção principal, será o Prof. Paulo Mota Pinto, Vice-Presidente do PSD, filho do saudoso Prof. Carlos Mota Pinto, antigo líder do Partido e antigo Primeiro-Ministro. Usarão também da palavra o líder do PSD/Algarve, deputado Mendes Bota, e José Inácio, autarca e dirigente local.

Este jantar, onde não faltará a animação musical e o espírito solidário de militantes, autarcas e dirigentes de todo o Algarve, pretende também dar um sinal de apoio aos social democratas de Lagoa, cuja dignidade, trabalho e honestidade não merece os ataques soezes de que têm sido alvo por parte dos seus adversários políticos.

Os bilhetes estão à venda junto dos dirigentes das secções concelhias do PSD, ou na sede distrital (289 822 503) – **Gab. Imp. PSD/Algarve**



Notícias dos Açores

Acordo das Quotas leiteiras é “derrota” do ministro e do governo regional

O PSD/Açores responsabilizou o ministro da Agricultura Jaime Silva, “com a cumplicidade do governo regional”, pela “derrota decorrente do recente acordo alcançado no conselho de ministros da União Europeia (UE) sobre o exame de saúde da Política Agrícola Comum (PAC)”, que resultou “na continuidade da reforma aprovada em 2006, prevendo o fim do sistema de quotas leiteiras em 2015”, uma solução que, para o PSD “não teve em conta a nova situação mundial dos mercados e da economia, nem as particularidades dos Açores”, daí que os seus deputados vão solicitar “a audição do secretário da agricultura e florestas na comissão parlamentar respectiva”.

As declarações foram feitas em Angra do Heroísmo, numa conferência de imprensa onde o deputado António Ventura considerou que o referido acordo “aprofunda a liberalização produtiva e o princípio da disciplina, daí surgindo uma PAC cada vez menos solidária”, pelo que o mesmo “traduz uma derrota para Portugal e, especialmente, uma grande derrota para os Açores”, exigindo o partido que “o governo regional deve esclarecer rapidamente os açorianos sobre as medidas previstas para promover a sustentabilidade e a competitividade do sector socioeconómico do leite na região”.

Segundo explicou, as novas directrizes “eliminam a possibilidade



da PAC dar resposta aos desequilíbrios existentes entre diferentes tipos de agricultura nas diferentes regiões da Europa, em particular as regiões ultraperiféricas, como os Açores”, explicou, acrescentando que “a culpa disso tem um nome, o de Jaime Silva, ministro da Agricultura, com a cumplicidade do Governo Regional”, já que Portugal “não definiu nas prioridades agrícolas de estratégia para 2007–2013 a produção de leite, uma posição que desde então tem vindo a fragilizar os Açores”, disse o deputado.

Para o PSD é grave que “fiquemos dependentes de um bolo financeiro da república e sem meios adicionais próprios”. O acordo em questão, segundo os social-democratas, “não reconhece que a produção de leite nos Açores ultrapassa a dimensão económica” ou que representa “um importante factor social, onde se destaca a fixação de pessoas no meio rural e a existência de uma agricultura familiar”. Segundo foi explicado “os Governos da república e dos Açores ainda não compreenderam que, em

algumas Ilhas, menos produtores de Leite significam menos economia e menos habitantes”.

António Ventura justificou ainda ser este “um mau acordo”, por “acima de tudo, não salvaguardar a existência de medidas de protecção, compensação e de descriminação positiva para a especificidade dos Açores”, o que poderá “num curto período de tempo, acentuar as discrepâncias da produção de leite nas nossas ilhas, fazendo com que haja uma ainda maior centralização em São Miguel e na Terceira”, lamentou.

O parlamentar laranja não esqueceu o conjunto de medidas “reclamadas pelo PSD no Parlamento Regional e aprovadas por unanimidade na última legislatura”, mas que nunca “viram a luz do dia, o que se entende, já que o governo nem as suas próprias medidas consegue pôr em prática”, criticou. Numa missiva encerrando 18 sugestões “urgentes e essenciais para o sector leiteiro que vamos apresentar”, Ventura fez notar que está por saber “quanto custa produzir um litro de leite nas diferentes Ilhas”, qual “o valor acrescentado da cadeia exportadora de leite”, bem como “reconhecer a sua multifuncionalidade na região” entre várias outras propostas que os social-democratas querem trazer a debate.

COMUNICADO: Rendimento dos Produtores de Leite mais incerto



No passado dia 20 foi alcançado um acordo no Conselho de Ministros da UE sobre o “Exame de Saúde da PAC”.

Um acordo que resulta na continuação da reforma aprovada em 2006 e, portanto, não tem em conta a nova situação mundial dos mercados e da economia.

Um acordo que prevê o fim do sistema de quotas leiteiras em 2015.

Um acordo que aprofunda a liberalização produtiva a renacionalização da PAC e o princípio da disciplina financeira, ou seja, surge uma PAC cada vez menos comum e menos solidária.

Um acordo que se traduz numa derrota para Portugal e, especialmente, uma grande derrota para os Açores.

Um acordo que elimina a possibilidade da PAC dar resposta aos desequilíbrios existentes entre diferentes tipos de Agricultura nas diferentes Regiões da Europa, em particular das Regiões Ultraperiféricas. A culpa é do Ministro da Agricultura com a cumplicidade do Governo Regional.

Açores os grandes derrotados

Tudo se iniciou quando Portugal não define nas prioridades agrícolas de estratégia para 2007–2013 a produção de leite. Posição que desde então tem vindo a fragilizar os Açores.

É um mau acordo, acima de tudo, porque não ficou salvaguardada a existência de medidas de protecção, compensação e de discriminação positiva para a especificidade dos Açores.

Medidas reclamadas pelo PSD no Parlamento Regional e aprovadas por unanimidade.

Ficamos dependentes de um bolo financeiro da República e sem meios adicionais próprios.

O acordo, não reconhece que a produção de leite nos Açores ultrapassa a dimensão económica representando, também, um importante factor social, onde se destaca a fixação de pessoas no meio rural e a existência de uma Agricultura familiar.

Os Governos da República e dos

Açores ainda não compreenderam que em algumas Ilhas menos Produtores de Leite significa menos economia e menos habitantes.

O acordo atenta, assim, contra a coesão nos Açores e dos Açores com a União Europeia, colocando em perigo as pequenas e médias explorações agro-pecuárias de leite dos Açores.

O acordo irá implicar uma tendência da deslocalização da produção de leite com concentração nas Ilhas de São Miguel e Terceira.

Para mais, o aumento de 1% da quota leiteira desde 2009 e durante cinco campanhas – aterragem suave - provocará uma maior quantidade de leite no mercado interno com repercussões negativas nos rendimentos dos Produtores Açorianos.

Actuação política

O Governo Regional tem de esclarecer, rapidamente aos Açorianos, que medidas estão previstas para promover a sustentabilidade e a competitividade deste sector socioeconómico da Região.

Perceba-se que 2015 em Agricultura é uma data muito próxima tendo em conta os ritmos naturais da Agricultura.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD vai solicitar a audição do Secretário da Agricultura e Florestas à Comissão Parlamentar respectiva sobre o acordo alcançado no “Exame de Saúde da PAC”.

MEDIDAS DE SUSTENTABILIDADE E COMPETITIVIDADE PARA A FILEIRA DO LEITE

1. Conhecer quanto custa produzir um litro de leite nas diferentes Ilhas. Quanto custa transformar, transportar e vender um quilograma de transformado do leite;

2. Saber o valor acrescentado da cadeia exportadora de leite. Que fatia fica na produção capaz de gerar efeitos multiplicadores na economia Regional;

3. Reconhecer a multifuncionalidade do leite na

Região;

4. Potenciar a investigação científica associada ao surgimento de novos derivados e na melhoria da riqueza de alguns dos actuais produtos em determinados componentes que crescentemente têm vindo a ter aceitação no público consumidor;

5. Realização de estudos prospectivos de mercado;

6. Criar enquadramento político para suportar a autonomia e a independência das indústrias locais;

7. Promover marketing territorial e campanhas de divulgação da especificidade do leite dos Açores;

8. Implementar a extensão dos conhecimentos ao campo;

9. Definir um modelo de exploração agro-pecuário baseado nas

quantidade de sólidos no leite;

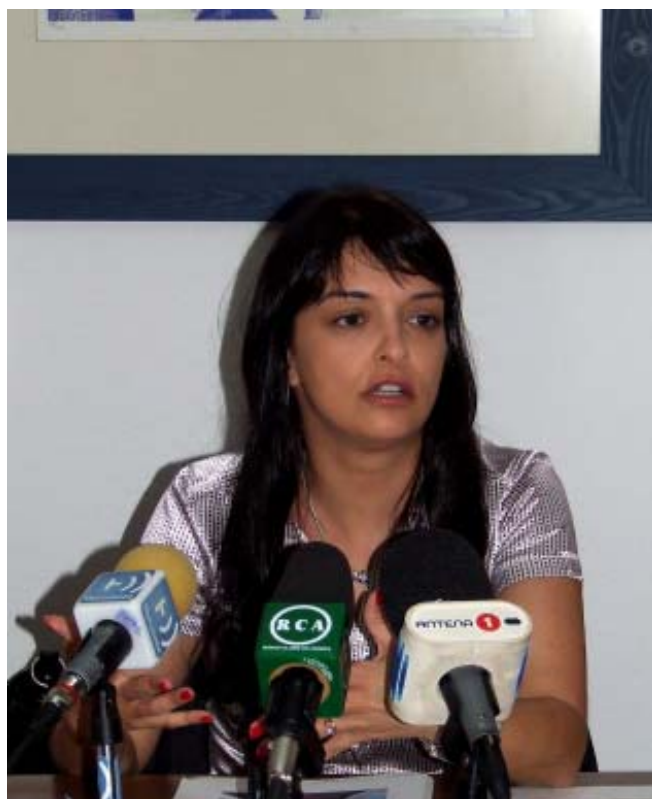
15. Qualificação do leite dos Açores;

16. Constituir planos específicos para cada Ilha, identificando-se as fragilidades e as potencialidades da fileira do leite, especialmente no âmbito do rejuvenescimento do tecido produtivo;

17. Estabelecer alianças com outras Regiões da UE onde a produção de leite constitui um importante factor socioeconómico;

18. Determinar as indemnizações das quotas leiteiras.

PSD quer relatório sobre erros no projecto do navio Atlântida



sinergias locais e a criação de objectivos de avaliação;

10. Compreender a formação dos preços agrícolas;

11. Apoiar o associativismo agrícola estabelecendo-se princípios de relacionamento com o Governo Regional;

12. Apostar na inovação dos processos de produção agro-pecuários pela aproximação da Universidade dos Açores à Agricultura;

13. Apoiar a existência de massa crítica na fileira através de uma formação adaptada às novas exigências agrícolas, privilegiando os intercâmbios de conhecimento com outras Regiões;

14. Implementar opções genéticas que diminuam a dependência exterior dos concentrados e aumentem a

O PSD/Açores exigiu hoje que o governo regional divulgue o relatório completo dos Estaleiros de Viana do Castelo em que são identificados os erros do projecto de construção do navio Atlântida.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Jorge Macedo solicitou, igualmente, o “documento completo” dos estaleiros com as alterações propostas para “remediar os ‘disparates’ e a falta de estabilidade em avaria” do navio.

A exigência da documentação feita pelo parlamentar do PSD/Açores surge na sequência das declarações do presidente do conselho de administração dos Estaleiros de Viana do Castelo, que afirmou, em Outubro, na comissão parlamentar de Defesa da

Assembleia da República, que o processo de construção do navio “é uma história muito triste” e que “o projectista fez um mau trabalho e uma série de disparates”.

“Este é o corolário de uma sequência de episódios nebulosos e nunca explicados, que já consumiram 50 milhões de euros, envelope financeiro anexo à maior trapalhada da história da Autonomia, o transporte marítimo de passageiros e viaturas”, afirmou Jorge Macedo.

Para o deputado social-democrata, “o silêncio do governo regional, perante tanta incompetência e negligência, não é admissível numa democracia adulta”.

Jorge Macedo pretende, também, que o executivo justifique a escolha dos Estaleiros de Viana do Castelo, “que já tinham demonstrado evidente incapacidade na construção dos patulhões para a Marinha”.

O parlamentar do PSD/Açores desafiou, ainda, o governo regional a explicar “como é que só agora, com o navio quase pronto, é que tenham sido detectados os ‘disparates’”. –*PSD/Açores*

PSD “exige” posição oficial sobre a descida do preço do leite na Terceira

Os deputados dos PSD eleitos pela ilha Terceira alertaram para o “estranho silêncio” do governo regional relativamente a um recente anúncio, efectuado pela cooperativa UNICOL, de que “o preço do leite pago aos produtores locais irá sofrer uma diminuição de 4 cêntimos e meio a partir de Janeiro próximo”, lê-se numa nota distribuída esta manhã à comunicação social.

“Uma grande descida”, segundo os parlamentares laranja, que irá dificultar, “ainda mais, a vida dos profissionais da agricultura terceirense”, e um silêncio “preocupante por parte das entidades oficiais, tendo em conta que, durante este ano, o governo afirmou existem



condições para subir o preço do leite”, explicam os parlamentares num requerimento enviado à assembleia legislativa.

Segundo Clélio Meneses, Carla Bretão e António Ventura, a produção de leite nos Açores “possui uma vertente económica e social bastante marcante”, pelo que a variabilidade do preço do leite pago à produção “tem um efeito dominó sobre a economia da região”, dizem. Nesse sentido, os deputados do PSD exigem do executivo explicações sobre “as posições que irá tomar relativamente a esta descida, e ainda os dados que a tutela tem sobre a mesma”.

Recordando que, em Abril passado, o governo açoriano anunciou a constituição “de uma comissão técnica, ligando a indústria e a produção regionais, para estudar os motivos da diferença entre o preço do leite pago aos produtores no continente e no arquipélago”, os social-democratas querem saber “se estão previstas descidas no preço do litro de leite pago à produção em outras Ilhas e quais as conclusões obtidas pela referida comissão”, diz o requerimento.

Realçam também que o PSD continua a afirmar a necessidade de se

afazer “o que determina o preço do leite pago aos produtores e o valor que têm de pagar os consumidores”, de forma a evitar “possíveis aproveitamentos e oportunistas na fileira”, razão que levou o partido a propor, “em 2007 e em sede do parlamento açoriano, a criação de um observatório regional dos preços”, uma iniciativa que, “inexplicavelmente, foi rejeitada pela maioria PS”, concluem os deputados.

GP do PSD na ALRA quer audição do secretário regional da Agricultura e Florestas

O grupo parlamentar do PSD/Açores solicita a audição do secretário regional da Agricultura e Florestas na Assembleia Regional para prestar esclarecimentos sobre o acordo alcançado na revisão intercalar da Política Agrícola Comum (PAC).

Numa conferência de imprensa, hoje na ilha Terceira, o deputado António Ventura sustentou que o acordo traduz-se “numa derrota para Portugal e, especialmente, para os Açores”.

“É um mau acordo, acima de tudo, porque não ficou salvaguardada a existência de medidas de protecção, compensação e de discriminação

positiva para a especificidade dos Açores”, disse o deputado do PSD/Açores.

Na última quinta-feira os Estados-membros alcançaram um acordo sobre a revisão intercalar da Política Agrícola Comum, depois de uma longa maratona negocial.

Na ocasião, o ministro da Agricultura, Jaime Silva, disse, em Bruxelas, que as principais preocupações com que Portugal partiu para o processo foram atendidas, destacando a “flexibilidade” na utilização dos apoios.

Jaime Silva apontou que Portugal viu acauteladas as “duas preocupações” que levava para a reunião, designadamente manter os apoios aos pequenos agricultores e ter “margem de manobra” para recorrer a um pacote financeiro, que será de cerca de 50 milhões de euros por ano, para apoiar o sector leiteiro para a liberalização de 2015 e outros.

O ministro congratulou-se também com as cláusulas de revisão acordadas, para 2010 e 2012, para fazer o ponto da situação do processo de liberalização do sector do leite.

No entender do PSD/Açores, “os Governo da República e dos Açores ainda não compreenderam que em algumas ilhas menos produtores de leite significa menos economia e menos habitantes”.

“A culpa disso tem um nome, o de Jaime Silva, ministro da Agricultura, com a cumplicidade do Governo regional, já que Portugal não definiu nas prioridades agrícolas de estratégia para 2007-2013 a produção de leite, uma posição que desde então tem vindo a fragilizar os Açores”, apontou o deputado António Ventura.

O deputado defendeu, por isso, que o Governo regional tem de “esclarecer rapidamente aos açorianos” que medidas estão previstas “para promover a sustentabilidade e a competitividade” deste sector na região.

“O grupo parlamentar do PSD vai solicitar a audição do secretário regional da Agricultura e Florestas à Comissão Parlamentar respectiva sobre o acordo alcançado no Exame de Saúde da PAC”, acrescentou.

Na quinta-feira, o secretário açoriano da Agricultura afirmou ter a garantia do Governo da República que os produtores de leite das ilhas terão acesso a medidas de compensação pelo fim do regime de quotas previsto para 2015.

“Temos a garantia do ministro da Agricultura que, no âmbito das alterações que serão adoptadas em 2014-2015, a região possa ter um regime de compensação que mantenha ou até aprofunde a competitividade dos produtores de leite dos Açores”, afirmou Noé Rodrigues.

Segundo disse, o Executivo açoriano está a trabalhar com o ministério em termos de quantificação das verbas que são necessárias para o efeito. – **Fontes: Lusa, Gab. Imp. PSD/Açores**



Manuela Ferreira Leite na sessão de encerramento do Congresso da JSD

Quero começar por felicitar a JSD pela forma viva e participada como decorreu este Congresso e saudar os membros dos órgãos agora eleitos e desejar-lhes um bom trabalho porque o PSD precisa dos seus jovens, do seu dinamismo e da sua competência.

Quero também deixar um agradecimento especial a todos aqueles que agora cessam funções e que deram o seu contributo para a dignificação da JSD.

Quero ainda felicitá-los pela simbólica iniciativa de solidariedade que assinalou este Congresso.

Foi uma manifestação de generosidade, mas sobretudo de consciência cívica.

Esta faz parte integrante da acção política que, na sua essência, é uma actividade solidária.

Com este gesto, a JSD deu um exemplo que devia fazer pensar.

Pensar em como a política deve ser uma actividade ao serviço dos outros e nunca ao serviço de alguns e muito menos de nós próprios.

É por isto que o primeiro requisito que se deve exigir a um político é que fale verdade, é que saiba assumir responsabilidades, é que seja digno da confiança que lhe foi conferida, é que saiba discernir o essencial do acessório, é que enfrente com frontalidade e sem receios todos os obstáculos que sempre surgem à sua actuação.

Quando se defendem ideias que se acredita serem as melhores para o País,



há que saber levá-las à prática e mobilizar as pessoas em torno desses objectivos.

Um general que não sabe conduzir as suas tropas não serve para combater.

O que se pede a todos os jovens é que mantenham e cultivem os fundamentos da vida política séria e responsável e que não se deixem levar pelos maus exemplos que os rodeiam.

E são muitos os que este Governo tem dado.

Esta geração pôde testemunhar ao vivo, como nunca antes tinha sido possível, a aplicação, na prática, de uma verdadeira enciclopédia do que não se deve fazer em política.

Tiveram oportunidade de receber lições de mestres conceituados e muito bem preparados na arte de fazer má

política.

Esses mestres foram o Primeiro-Ministro e os seus Ministros.

Este Governo está há três anos e meio a exercer o poder de modo inverso àquele que é desejável.

Na verdade, este Governo faz política utilizando os piores dos métodos.

São maus porque criam expectativas que não são possíveis de concretizar e eles sabem-no.

São reprováveis porque enganam as pessoas com anúncios que se vão repetindo de vez em quando, convencidos que o tempo faz esquecer o que já antes havia sido anunciado.

São insultuosos quando se socorrem de figurantes para impressionar espectadores e quando desbaratam vultuosos recursos em espectáculos para criar um mundo de ficção, a todos os títulos condenável.

Não são sérios quando constroem “fait divers” com o único objectivo de desviar as atenções das políticas erradas que estão a ser seguidas e que estão a arrastar o País para o desemprego, para o empobrecimento e para o desânimo.

E o desânimo resulta de o Governo não aceitar ponderar outra política, outro caminho, outro resultado.

Os socialistas só trabalham para se manter no poder; não se esforçam para que o País progrida e por isso não querem ouvir outras opiniões nem seguir outras políticas.



Aquilo que sempre falta ao Eng. Sócrates é respeito pelos Portugueses!

Aquilo que sempre falta ao Eng. Sócrates é respeito pelos Portugueses, é respeito pela Oposição, é respeito pelos princípios e valores que caracterizam a nossa sociedade, é respeito pelos grupos profissionais que ataca de forma insidiosa.

Se olharmos para o registo do que tem sido dito por este Governo, verificamos que o Eng. Sócrates acha que os juízes têm descanso a mais, que os professores trabalham pouco, que os funcionários públicos são dispensáveis porque não trabalham, que os militares acumulam privilégios, que os polícias actuam ora demais ora de menos, mas nunca na conta certa.

Ou seja, na boca do Eng. Sócrates, não há lugar ao elogio nem ao incentivo dos Portugueses.

Quem o ouve, pensa que está a falar de um povo que nós não conhecemos.

O que se incentiva é apenas o sentimento da inveja entre os Portugueses.

Este tipo de acção política do Eng. Sócrates criou em Portugal um caldo

de cultura doentio.

Talvez mais fundo do que qualquer crise económica.

O pior é que este clima de desespero e de desconfiança está também a atingir os mais jovens.

E têm motivos para isso.

À promessa de empregos qualificados respondeu-se com a inauguração de “call centers”.

À procura de maior exigência no ensino respondeu-se com facilitismo e manipulação de estatísticas.

À promessa de mais e melhor arrendamento jovem respondeu-se com leis equívocas e burocracias que dificultam o acesso àquilo que os jovens já tinham.

Já não há praticamente nenhum sector em Portugal a salvo das promessas do Governo e da confusão das medidas que tenta pôr em prática.

E não nos chamem os arautos da desgraça.

Nunca nenhum Governo contou com uma Oposição tão séria e tão responsável como o PSD tem sido desde o início desta Legislatura.

Nunca desistimos de apresentar no Parlamento propostas que evitassem leis mal feitas, nem nunca desistimos de avisar que a política seguida por este Governo só podia conduzir o País para resultados negativos.

O Eng. Sócrates respondeu sempre

com a arrogância própria de quem julga que sabe tudo e com o exibicionismo de quem prefere o poder pessoal e do Partido ao bem do País e dos Portugueses.

Esta cartilha das más práticas políticas deve ser lida pelos jovens como exemplo do que não deve ser feito.

Por isso vos digo que tiveram nesta Legislatura uma boa oportunidade de aprender porque também se aprende com os erros dos outros.

Também tiveram oportunidade de aprender que em democracia a arrogância e o autoritarismo não são bons conselheiros, que é preciso saber ouvir e ter a humildade de emendar, de corrigir o que manifestamente está errado.

Aprenderam também que por mais espectáculos mediáticos e mais títulos bombásticos que pretendam ocultar a realidade, as pessoas sabem, muito bem, fazer o seu próprio juízo.

Bem diz o ditado popular “que se pode enganar alguns durante o tempo todo, enganar todos durante algum tempo, mas **não é possível enganar todos o tempo todo**”.

Tenho a certeza que a Juventude Social-Democrata tem plena consciência dos erros do Partido Socialista e dos profundos defeitos da sua actuação no palco político.

Esta consciência só nos deve tornar mais exigentes a marcar a diferença e a afirmar os nossos valores para que se torne evidente que o País só tem a perder com o Eng. Sócrates e com este Governo Socialista.

Um País não pode aspirar a melhores dias, se a sua juventude cresce com cepticismo ou desiste de lutar pelo seu País.

Hoje, não é só a crise económica e financeira, nacional e internacional, que os nossos jovens têm de enfrentar.

Hoje, não são só as ameaças à segurança, nem a imprevisibilidade do mundo moderno com que os jovens têm de contar.

Os jovens em Portugal têm de resistir ao descrédito que está hoje instalado quanto à política e à participação cívica e têm de ser os primeiros a acreditar que com uma nova política e com uma nova atitude de coragem e lealdade perante os Portugueses, não há nenhuma razão para que o nosso País não encontre o seu caminho e não acompanhe o ritmo e o progresso da Europa.

Sei que os Jovens Sociais-Democratas não querem desistir do seu País e que não deixarão que outros os impeçam de lutar por Portugal.

- Sec. CPN/PSD





ARRUDA DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Arruda dos Vinhos, para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 21H00 no auditório da Câmara Municipal, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no Auditório da Câmara Municipal encontrando-se aberto, naquele dia, entre as 21H30 e as 24H00.

As urnas estão abertas entre as 21H00 e as 24H00

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Aveiro, para reunir ordinariamente, no próximo dia 13 de Dezembro de 2008, (sábado) pelas 15H30 no Hotel “Imperial”, em Aveiro, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 – Apreciar e votar o Plano de Actividades e o Orçamento para 2009

2 – Análise da situação política e partidária

BELMONTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Belmonte, para reunir no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 no salão da Junta de Freguesia, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações

2 – Análise da situação política local e nacional

3 – Análise e votação, nos termos da alínea f) n.º 2 do Art.º 50.º dos Estatutos, da proposta da Comissão Política de Secção relativa à candidatura à Câmara Municipal de Belmonte, para as eleições Autárquicas de 2009.

MONCHIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Monchique, para reunir no próximo dia 17 de Janeiro de 2009, (sábado) pelas 15H00 na sede concelhia, sita na Rua D. Francisco Gomes de Avelar, n.º 7 – 1.º., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a sede aberta, naquele dia, entre as 21H30 e as 24H00.

As urnas estão abertas entre as 18H00 e as 22H00

PALMELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Palmela, para reunir, no próximo dia 12 de Dezembro de 2008, (sexta-feira) pelas 21H00 na sede concelhia sita na Rua Hermenegildo Capelo, n.º 141, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: - Discussão e votação da proposta de candidato à Presidência da Câmara Municipal de Palmela, apresenta pela CPS

Nota: A votação, por sufrágio directo, terá início pontualmente às 22H00

SECÇÃO D / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de militantes da Secção D de Lisboa para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira), pelas 12h00, na sede, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte Ordem de trabalhos:

Ponto único: -Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

CAMPOLIDE NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de Campolide, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Campolide.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

CORAÇÃO DE JESUS NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de Coração de Jesus, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da

Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Coração de Jesus.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

LAPA NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo da Lapa, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Comissão Política do Núcleo da Lapa.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

SANTA ISABEL NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de Santa Isabel, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Santa Isabel.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

SANTO CONDESTÁVEL NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de Santo Condestável, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Santo Condestável.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

S. JOSÉ NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de S. José, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de S. José.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

S. MAMEDE NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de S. Mamede, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Comissão Política do Núcleo de S. Mamede.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA NÚCLEO / LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os Militantes do Núcleo de S. Sebastião, para reunir no próximo dia 9 de Janeiro de 2009, (sexta-feira) pelas 12h00, na Sede da Secção D, sita na Rua Luciano Cordeiro, n.º 116 – 2.º Esq, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único: - Eleição da Comissão Política do Núcleo de S. Sebastião.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o substitua até às 24H00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 12H00 e as 22H30.

Acórdão 8/2008

I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Foram tidos em conta os seguintes documentos:

- (i) Cópia das Convocatórias das reuniões do Conselho Nacional de 7 de Julho e 22 de Setembro de 2007, publicadas em «Povo Livre»;
- (ii) Cópia da Convocatória do Conselho Distrital Eleitoral de 12 de Janeiro e das Eleições para Conselheiros Distritais de Bragança de 05 de Janeiro de 2008, publicados em «Povo Livre»;
- (iii) Cópia da resposta do Secretário Geral da JSD por correio electrónico de um dos requerentes, ao pedido de envio da relação dos delegados a eleger em cada secção do distrito de Bragança;
- (iv) Cópia do rateio eleitoral enviado pelos serviços nacionais da JSD, para o correio electrónico de um dos requerentes;
- (v) Cópia da candidatura da Lista A, ao Conselho Distrital de Bragança da JSD;
- (vi) Cópia da Declaração da segunda requerente, alegando o encerramento antecipado do processo eleitoral;
- (vii) Cópia da Declaração de uma testemunha apresentada pela segunda requerente, alegando o encerramento antecipado do processo eleitoral;
- (viii) Cópia da resposta ao pedido de informação, remetido pela Comissão Política de Secção de Bragança, do Presidente do Conselho Executivo do Agrupamento Vertical de Escola do Concelho de Vimioso;
- (ix) Declaração do Presidente da Mesa do Congresso da JSD, a delegar competências no militante Alexandre da Silva Moreira, para presidir ao processo eleitoral da JSD/Vimioso;
- (x) Declaração do Presidente da Mesa do Congresso da JSD, a delegar a competências no militante Lauro Nunes, para presidir ao acto eleitoral da JSD/Bragança
- (xi) Resposta á Notificação do Processo de Impugnação da Eleição da Mesa do Concelho Distrital e Comissão Política Distrital da JSD do Distrito de Bragança;
- (xii) Resposta á Notificação, sobre os pontos 1 a 8, da resposta á notificação do processo de impugnação da Eleição da Mesa do Concelho Distrital e Comissão Política Distrital da JSD do Distrito de Bragança;
- (xiii) Pedido de Demissão do Presidente da Mesa da Assembleia-geral da Secção Concelhia de Alfandega da Fé.
- (xiv) Resposta á Notificação do Pedido de Impugnação da eleição da Mesa do Concelho Distrital e Comissão Política Distrital do Distrito de Bragança da JSD.
- (xv) Cópia da Acta Eleitoral, da Eleição Conselheiros Distritais de Alfandega da Fé;
- (xvi) Cópia da lista com a composição dos candidatos eleitos pela Secção de Alfandega da Fé, para a Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD/Bragança;
- (xvii) Cópia da Lista para eleição de Delegados ao Conselho Distrital da JSD, de Vimioso;
- (xviii) Cópia da lista com a composição dos candidatos eleitos pela Secção de Vimioso, para a Eleição dos Delegados ao Conselho Distrital da JSD/Bragança.

II – DA LEGITIMIDADE E DA TEMPESTIVIDADE

Os requerentes têm legitimidade e o pedido foi apresentado em tempo.

III – DOS FACTOS ASSENTES

- 1) Em conformidade com o previsto e estipulado pelos Estatutos Nacionais da JSD e respectivos Regulamentos foram correctamente convocados os actos eleitorais objecto da presente apreciação;
- 2) Todas as convocatórias publicadas não são feridas de qualquer vício ou irregularidade;
- 3) A 18 de Janeiro de 2008, deu entrada no CJN/JSD, um pedido de impugnação com efeitos suspensivos com vista á anulação dos actos eleitorais realizados em 05 e 12 de Janeiro de 2008.

IV – DO PEDIDO

Solicita-se ao Conselho de Jurisdição Nacional da JSD que proceda á anulação dos actos eleitorais constantes do respectivo pedido de impugnação, realizados a 05 de Janeiro para os Conselheiros Distritais da JSD Bragança, e de 12 Janeiro de 2008 para a Eleição dos Órgãos Distritais da JSD/Bragança, bem como a determinação da suspensão do acto impugnado.

A saber:

- . Anulação das convocatórias subscritas pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional, publicadas na edição de 21 de Novembro de 2007 do «Povo Livre»;
- . Anulação do processo de rateio de delegados residenciais ao Conselho Distrital Eleitoral de Bragança da JSD;
- . Anulação da admissão da lista de candidatas a delegados residenciais da secção de Vimioso ao Conselho Distrital Eleitoral de Bragança;
- . Anulação da admissão da lista de candidatas a delegados residenciais da Secção de Macedo de Cavaleiros ao Conselho Distrital de Bragança;
- . Declaração de inexistência do Plenário de Secção de Alfandega da Fé, com vista à eleição dos delegados residenciais de Alfandega da Fé no Conselho Distrital Eleitoral de Bragança;
- . Declaração de inexistência do Plenário da Secção de Vimioso, com vista à eleição dos delegados residenciais de Alfandega da Fé;
- . Anulação do reconhecimento dos mandatos dos delegados residenciais da secção de Alfandega da Fé, realizada pela Mesa do Congresso Nacional da JSD;
- . Anulação do reconhecimento dos mandatos dos delegados residenciais da Secção de Vimioso, realizada pela Mesa do Congresso Nacional da JSD;
- . Anulação da inscrição dos delegados residenciais das secções de Alfandega da Fé e de Vimioso, no caderno eleitoral do Conselho Distrital Eleitoral de Bragança da JSD;
- . Anulação da decisão de admissão da lista de candidatas à Mesa do Conselho Distrital de Bragança, encabeçada pelo militante Cláudio Meireles;
- . Anulação da decisão de admissão da lista de candidatas à Comissão Política Distrital de Bragança, encabeçada pelo militante Pedro Alves;
- . Anulação e sem efeito o resultado obtido no Conselho Distrital Eleitoral de Bragança, realizado em 12.01.08;
- . Decretado efeito suspensivo do acto impugnado até transito em julgado da decisão do Conselho de Jurisdição Nacional.

IV – DOS MOTIVOS DA IMPUGNAÇÃO

Em síntese, os impugnantes alegam o seguinte:

- 1 – Falta de competência da Mesa do Congresso Nacional da JSD, para a convocação do Conselho Distrital Eleitoral de Bragança e dos órgãos distritais da JSD/Bragança;
- 2 – Ausência da referência do local de entrega das candidaturas, nas convocatórias supra mencionadas;
- 3 – Ausência de comunicação, às Mesas do Plenário de Secção do Distrito de Bragança, do número de delegados residenciais a eleger em cada secção;
- 4 – Ausência da presença quer do Presidente da Mesa do Plenário de secção residencial de Macedo de Cavaleiros, na sede do PSD, no termo do prazo para apresentação de candidaturas, até às 24h, quer de qualquer membro da Mesa do Plenário de Secção;
- 5 – Admissão a sufrágio da lista encabeçada por «Sónia Salomé», aos delegados residenciais da secção de Macedo de Cavaleiros, com a inclusão do militante «João Vaz» sem possuir antiguidade mínima para ser detentor de capacidade eleitoral passiva e activa;
- 6 – Eleições dos Delegados Residenciais da Secção de Vimioso e Alfandega da Fé, foi marcada para o dia 05 de Janeiro de 08, entre as 17h e as 18h. Às 17h20 o local da votação estava encerrado, bem como o Presidente da Mesa do Plenário de Secção de Alfandega da Fé não estivera presente no local da votação até às 17h50;
- 7 – A eleição dos Delegados Residenciais da Secção de Vimioso, fora marcada para a «Escola EB 2, 3 de Vimioso» para o dia 05.01.08 entre as 17h e as 18h. Não fora requerida a utilização das instalações da Escola para tal dia.
- 8 – Omissão do preenchimento dos requisitos de admissibilidade, da lista candidata à Mesa do Conselho Distrital, encabeçada pelo militante «Cláudio Meireles», e da candidata à Comissão Política Distrital encabeçada pelo militante «Pedro Alves», mais especificamente a ausência de candidatos suplentes.

V – DA DEFESA/CONTESTAÇÃO

Foi notificado para audição o Presidente da Mesa do Plenário de Alfandega da Fé, o órgão que praticou o acto ora impugnado, tendo o notificado numa primeira resposta apresentar o pedido de demissão, das suas funções. Numa segunda resposta, declara a realização do acto com 30 minutos de atraso, relatando que ficara um elemento da JSD durante estes 30 minutos a informar do atraso, já que a sede do PSD/Bragança se encontrava encerrada pelo facto da chave estar na posse da comissão concelhia do Partido. Mais alega ainda que, durante o período de que o local da votação esteve

encerrado, 30 minutos, estiverem duas pessoas a fotografar o local e a afirmar que o acto teria de ser anulado, abandonando o local assim que se dera início ao acto eleitoral.

Após a resposta à primeira notificação, foi igualmente notificado o agora ex. presidente do órgão que presidiu ao acto eleitoral em causa, para apresentar o caderno eleitoral, bem como a acta relativa à Eleição da Assembleia Eleitoral de Alfandega da Fé de 05 de Janeiro de 2008, documentando número de votantes bem como a hora e local de fecho das mesmas.

Não fora apresentada ao Conselho de Jurisdição Nacional qualquer resposta, expirando o prazo para apresentação de resposta.

Foi igualmente notificado para audição o Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, que presidira à eleição da Mesa do Conselho Distrital e Comissão Política Distrital do Distrito de Bragança da JSD, respondendo que a recepção das listas ocorrera na sede Distrital da JSD/Bragança perante a presença do militante Lauro Nunes, em quem fora delegadas competências pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD.

Declarou que ambas as listas continham irregularidades, às quais foram dadas oportunidades de serem corrigidas, às quais as duas candidaturas acederam ao aviso e rectificaram.

Procedeu-se à aceitação das duas listas, «A» e «B», em que as irregularidades foram supridas na entrega dos processos, não havendo oposição ou reclamação a estes actos da Mesa do Congresso até à entrega das Listas.

Foi igualmente notificado para audição o Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, que presidira à eleição dos delegados residenciais da Secção de Vimioso ao Conselho Distrital Eleitoral de Bragança da JSD, respondendo que a convocação para esta eleição fora por si marcada no «Povo Livre», para a Escola EB 23 de Vimioso.

Declarou ainda que fora mandatado para estar presente na recepção das listas e na eleição, através de declaração do Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, o militante Alexandre Menezes, em que o mesmo ficaria responsável pela confirmação do local da eleição bem como pela gestão da realização do acto eleitoral com confirmação verbal do local.

Consequentemente alega ainda que a eleição para os últimos órgãos concelhios da JSD/Vimioso fora realizada na mesma escola EB 23 de Vimioso, sem ser usado qualquer documento para marcação da eleição.

Quanto ao dia da eleição, declara que no dia do acto eleitoral o militante mandatado pelo Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, deslocou-se à escola para a realização do acto em causa, encontrando-se a escola encerrada.

Perante tal cenário fora realizada a eleição na porta principal da Escola, como é documentado na acta eleitoral.

Conclui o notificado, afirmando que durante todo o mesmo processo eleitoral fora mantido um contacto telefónico constante, quer durante o processo de recepção das listas e realização dos actos eleitorais da competência da Mesa do Congresso Nacional.

Na sequência da resposta do Presidente da Mesa do Congresso à notificação endereçada, foi notificado o militante Alexandre Menezes, que presidira ao acto eleitoral dos delegados residenciais ao Conselho Distrital Eleitoral de Bragança da JSD da Secção de Vimioso, para responder aos pontos 1º a 8º da resposta à notificação do Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, neste processo de impugnação. Bem como para serem apresentados os cadernos eleitorais e respectiva acta donde conste a hora e local da realização do acto.

A esta segunda solicitação, não fora obtida qualquer resposta, somente respondendo via correio electrónico, sobre os pontos 1º a 8º da resposta à notificação do Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD. Assim, o notificado afirma que em virtude do dia da votação a escola secundária de Vimioso se encontrar encerrada, as eleições realizaram-se na entrada da escola.

Declarou ainda que perante tais circunstâncias, a eleição ocorrera num urna colocada sob o capô da viatura pessoal do notificado, de marca Volkswagen, com a matrícula 55 – 31 – LV.

Finalizada afirmando que o acto eleitoral decorrerá com normalidade, num votação em que a ela afluíram vários militantes.

Foi igualmente notificado o Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Macedo de Cavaleiros, que presidiu ao acto agora impugnado, não tendo o notificado dado qualquer resposta, expirando o prazo para a mesma.

VI – DO DIREITO

No caso vertente, estamos perante um conjunto de actos eleitorais ocorridos no passado mês de Janeiro, com vista à eleição de Conselheiros Distritais das Secções da JSD do Concelho de Bragança e da Comissão Política e Mesa do Plenário da Distrital em causa.

Foram assim convocados para o dia 05/01/08, a eleição dos Conselheiros Distritais da JSD do Concelho de Bragança, e para o dia 12/01/08 a eleição da Comissão Política e Mesa do Plenário da mesma Concelhia.

A 18/01/08, deu entrada nos serviços centrais da JSD, um pedido de impugnação com efeitos suspensivos, no sentido de anular os actos eleitorais apresentados e suspender todos os efeitos desencadeados pelos mesmos até o trânsito em julgado, deste pedido.

Tal pedido tinha como fundamento a violação dos artigos estatutários e do regulamento jurisdicional da JSD, respeitantes quer quanto à competência, de convocação e recepção de candidaturas para o actos eleitorais (**artigo 4º n.º 3 do Regulamento Jurisdicional da JSD**; **artigo 5º n.º 1 dos Estatutos Nacionais da JSD**). Quer quanto respeitantes à composição das listas candidatas (**artigo 5º n.º 1 EN e artigo 4º n.º 7 do Regulamento Eleitoral da JSD**).

Bem como a não correspondência entre o local regularmente convocado para o acto eleitoral e o efectivamente realizado, (**artigo 3º n.º 1, 2; 12º n.º 5 do Regulamento Eleitoral da JSD**; **artigo 19º n.º 3 do Regulamento Nacional dos Conselheiros Distritais da JSD e artigo 30º EN**).

O pedido sub divide-se em quatro pontos: **A – Irregularidades da Convocação e Convocatória da Eleição dos Órgãos Distritais da JSD**; **B – Irregularidade do Processo de Rateio dos Delegados Residenciais**; **C – Irregularidade dos Processos de Admissão de Candidaturas c.1. Da aceitação da lista de candidatos a delegados residenciais da Secção de Vimioso c.2. Da aceitação da lista de candidatos a delegados residenciais da Secção de Macedo de Cavaleiros**; **D – Inexistência das Assembleias Eleitorais de Vimioso e Alfandega da Fé**; **E – Irregularidade de aceitação das Listas de candidatos à Mesa do Conselho Distrital e Comissão Política Distrital designada por Lista «A».**

Após análise do pedido de impugnação e desenvolvida toda a instrução e sua defesa/contestação, do acto realizado em 05/01/07 convocado para a Escola EB 2,3 de Vimioso, para a Eleição dos conselheiros distritais, constatamos que o mesmo não respeitou os princípios respeitantes a um acto eleitoral regular.

Sabendo que, o acto eleitoral fora convocado para a Escola EB 2, 3 de Vimioso e que a sua efectiva realização decorrerá na porta da mesma Escola em cima do “capot” do carro de marca Volkswagen, com a matrícula 55 – 31 – LV.

Mais sabendo que a acta comprova a realização do acto na Escola, e que o notificado declara que a mesma decorreu, à porta da Escola. Que mesmo convocada a eleição para a Escola, não foram tomadas as diligências necessárias e mínimas para a efectivação do acto, é com toda a naturalidade que o local convocado para a votação estivesse encerrado, bem como que o presidente do conselho executivo tenha declarado não ter existido qualquer requisição nem tipo de actividade, e que a escola estivesse encerrada como declara o notificado.

Dúvidas subsistem ainda quando, o presidente da mesa que presidiu ao acto, declare que o acto decorrerá com normalidade e que votaram vários militantes, tendo a acta a comprovar a votação de sete militantes da secção, num total de 25 militantes.

Em suma, violam assim os dispostos estatutários e regulamentares, relativamente à convocação e local da votação do acto eleitoral, mais especificamente o **artigo 3º n.º 2 RE «As convocatórias (...) conter menção (...) a indicação do local (...)»**, e o **artigo 12º n.º 5 RE** que nos refere que **«Cada acto eleitoral (...) realizar-se-á sempre, num único local (...)»** bem como o **artigo 19º n.º 3 do Regulamento Nacional dos Conselheiros Distritais da JSD e 30º dos EN**. Não podemos assim considerar o mesmo acto eleitoral como válido.

O legislador ao consagrar o local da votação para o regularmente convocado, mais não dá uma garantia ao eleitor, uma certeza na localização da realização do acto.

Ou seja, o que legislador quer é que o acto eleitoral se realize **«(..) sempre, num único local (...)» (artigo 12º n.º 5 RE)** que corresponda exactamente à **indicação do local** expresso na **«(..) convocatória publicadas no «Povo Livre» (artigo 3º n.º 2 RE)**.

Mais tendo em conta que um acto eleitoral, se pauta pelos princípios de neutralidade e de proporcionar a quem exerce o seu direito eleitoral passivo, que seja num modo devidamente esclarecido, sem qualquer interferências de terceiros. Não nos parece que a eleição em cima do capot de um carro, respeite estes mesmos princípios democráticos.

Após análise do pedido de impugnação e desenvolvida toda a instrução e defesa/contestação, do acto realizado em 05/01/07 convocado para a sede do Partido Social-democrata de Bragança às 17h, para a eleição dos conselheiros distritais de Alfandega da Fé, constata-se que, começara 30 minutos atrasado, sendo prorrogado por igual tempo, tendo estado um

elemento na porta da sede a informar do atraso.

Ou seja, teria o mesmo de decorrer das 17h30 às 18h30.

A acta do acto em causa, documenta, que o mesmo acto decorreu entre, as 16h e as 18h. Mais, a mesma documenta uma eleição com a descarga de 3 votos, todos a favor, num caderno eleitoral de 45 militantes.

Os requerentes, alegam que estando na local da assembleia eleitoral às 17h, 20 minutos depois uma das requerentes ao se deslocar à sede a mesma estava encerrada. Mas a ser verdade o atraso de 30 minutos, nada a contestar. Mais a mesma afirma que até às 17h o presidente da mesa do plenário não se encontrava no local da assembleia de voto.

O que a ser verdade contradiz a acta pelo mesmo assinada, violando deste modo o **artigo 14º n.º 1 (b RE)** «*Após cada acto eleitoral será elaborada pela Mesa a acta das operações de votação e apuramento, da qual constarão expressamente: O local da Assembleia de voto, a hora do seu início e a hora de abertura e de encerramento das urnas;*».

Outra igual contração e violação de igual disposto regulamentar, **14º n.º 1 (b RE)**, é no respeitante ao prolongamento da hora da assembleia eleitoral, que seria das 17h30 às 18h30, embora a acta comprove a duração de duas horas de período eleitoral, das 16h às 18h.

Mais a requerente na declaração por si assinada, juntamente com uma outra declaração de uma testemunha, relata que: entre as 17h e as 18h a sede do PSD/Bragança, local da assembleia eleitoral, a mesma estivera encerrada. No mesmo local, dentro uma viatura estavam dois militantes, tendo um dos mesmos se identificado como presidente da Comissão Política de Alfândega da Fé, afirmando que o acto eleitoral havia decorrido entre as 16h e as 17h; a requerente abandonou o local cerca das 17h50 continuando a mesma encerrada.

No pedido de impugnação dirigido a este conselho, pelos dois requerentes, na mesma se contesta o resultado da assembleia eleitoral, expresso no ponto 70 do articulado, já que todas estas irregularidades tiveram consequência directa no resultado final. Isto na medida em que as duas listas candidatas ficaram separado por dois votos.

Ora na acta solicitada por este conselho da realização do acto em causa, não há qualquer referência a existência de duas listas, nem um resultado desta índole.

A mesma acta comprova que, somente uma lista se apresentava a sufrágio com um resultado de 3 votos a favor e nenhum contra, branco ou nulo. Perante os factos que nos são apresentados, mais não nos resta do considerar a acta da realização da Assembleia Eleitoral de Alfândega da Fé falsa, bem como desprovida de todos os efeitos legais daqui produzidos, por violação do **artigo 14º RE**. Documentando assim um acto inexistente.

Após análise do pedido de impugnação e desenvolvida toda a instrução e defesa/contestação, do acto realizado em 05/01/07 convocado para a sede do PSD/Bragança às 17h, para a Eleição dos conselheiros distritais, de **Macedo de Cavaleiros**, a Lista «A» não deveria ter sido admita a sufrágio. Assim, os requerentes invocam a violação do princípio da competência, plasmado no **artigo 4º n.º 3 do Regulamento Eleitoral da JSD**.

Com a redacção deste artigo o legislador consagra a possibilidade de alternância, de as « (...)listas de candidatos (...)ser apresentadas (...)»Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral respectiva ou a quem **estatutariamente o possa substituir (...)**».

Ora se o legislador, permite esta alternativa na competência de recepção de listas, também a mesma, se processara no local da entrega das mesmas. Quando aqui se fala na «*sede do órgão respectivo (...)*», deve a mesma ser entendida numa interpretação analógica.

Também por maioria de razão o local da entrega das listas, ao órgão competente, terá de ser a sede do mesmo. Consequentemente a entrega das listas ao Presidente da Mesa do Congresso Nacional da JSD, que é quem estatutariamente pode substituir o Presidente da Mesa da Assembleia Eleitoral, faz com que o local seja Nacional da JSD.

Assim, embora seja nos relatados que o Presidente com competência primeira, de acordo com o artigo em causa, não estivera presente no local para recepção das candidaturas no termo do prazo, bem andaram os interessados em endereçar a mesma ao órgão hierarquicamente competente para as receber.

O legislador, com esta redacção pretende sim evitar a inércia dos interessados, dando-lhes alternativas para não ficar perigado o princípio da participação democrática, nem precludido o direito dos interessados. Mais ao mesmo pedido principal de incompetência, subsidiariamente juntasse o pedido de anulação da admissão da candidatura a delegados residências por Macedo de Cavaleiros, pela Lista «A».

A invocação não detenção da antiguidade mínima, de 6 meses, do candidato «João Pedro Salgado Vaz», de acordo com o **artigo 5º n.º 1 do Regulamento Eleitoral da JSD**, não lhe pode ser dado seguimento.

O mesmo diz que, « (...) obriga a uma prévia e ininterrupta militância de seis meses para eleições distritais e de três meses para eleições de secção e de núcleo residencial.» Ora o militante tem a sua inscrição em 01/10/07, detendo os 3 meses necessários para a eleição que é posta em causa a sua antiguidade, eleição de secção, mais concretamente delegados residenciais da secção de Macedo de Cavaleiros, que se processara em 05/01/08.

O mesmo militante não deteria sim, capacidade eleitoral passiva e activa, para a eleição distrital.

Mais o **artigo 22º dos Estatutos Nacionais da JSD**, tem consagra duas situações distintas nos seus **n.º 1 e 2**. Assim o legislador distingue, a capacidade eleitoral passiva no seu **n.º 1** e a capacidade eleitoral passiva no seu **n.º 2**.

Ao passo que no **artigo 22º n.º 1** refere que, « (...) ser eleitos, para titulares de órgãos nacionais, distritais e locais da JSD, os militantes com antiguidade superior, respectivamente, a um ano, seis meses e três meses.» Já o seu **n.º 2** diz-nos que, a capacidade eleitoral passiva, que é o que está em causa, « (...) obriga a uma prévia e ininterrupta militância de seis meses para eleições distritais (...)».

Se já era permitido ao mesmo militante ser eleito e eleger, no que respeita aos conselheiros distritais de Macedo de Cavaleiros, já não pode ser admitida a sua participação com capacidade eleitoral passiva, no que respeita à Eleição da Comissão Política Distrital da JSD/Bragança, ao abrigo do **artigo 22º n.º 2 dos Estatutos Nacionais da JSD**, por falta da antiguidade mínima necessária. A Lista «A» não deveria ter sido admita a sufrágio por violação, não do **artigo 4º n.º 7 do Regulamento Eleitoral**, já que a mesma estaria correcta quanto à sua composição, nem pelo **artigo 4º n.º 6** do mesmo diploma, já que « As irregularidades verificadas numa lista candidata que não incidam obre os requisitos previstos no número 1, podem ser corrigidas até 24 horas.» A mesma irregularidade não esta contemplada no artigo em causa. Decorre sim, da violação do **artigo 22º, n.º 2 dos Estatutos Nacionais**, com a decorrente ineficácia dos poderes representativos dos delegados residenciais eleitos na Secção de Macedo de Cavaleiros, ao Conselho Distrital Eleitoral de Bragança.

Após análise do pedido de impugnação e desenvolvida toda a instrução e defesa/contestação, do acto realizado em 12/01/08 convocado para o Auditório Paulo Quintela, em Bragança, para a Eleição dos **Órgãos Distritais da JSD/Bragança**, não pode ser dado seguimento apresentado pelos requerentes.

Os requerentes alegam que, a Lista «A» que se apresentou a sufrágio, não preenchendo os requisitos de admissibilidade.

Sabendo que o **artigo 4º n.º 1 e) do Regulamento Eleitoral da JSD** obriga a que as candidaturas *contenham*, «*Candidatos suplentes equivalentes a*, pelo menos, um quarto do número de candidatos efectivos, não podendo *estes exceder a totalidade dos candidatos efectivos*», o que numa leitura conjunta com o **n.º 6** do mesmo artigo, tem estes mesmo requisitos tido como insanáveis, « *As irregularidades verificadas numa lista candidata que não incidam sobre os requisitos previstos no número 1, podem ser corrigidas até 24 horas após a recepção do despacho da Mesa.*»

Deve assim ser compreendido que os requisitos tidos neste **artigo 4º n.º 1 e) do Regulamento Eleitoral da JSD**, como uma imperatividade, a ter de ser obrigatoriamente cumprida e verificada.

Durante o decurso de toda a instrução, fora notificada o presidente da mesa do congresso nacional, que presidira ao Acto em causa. O mesmo exercera o seu direito de resposta, embora não tendo sido apresentada nenhum acata que comprove a existência do acto em causa, nem a composição das listas admitas a sufrágio, nomeadamente a Lista «A». Bem como não existe nenhum documento desta natureza anexado ao processo de impugnação apresentado, como nos é tido a perceber na leitura do mesmo. Perante isto, os requerentes alegam a violação do artigo em causa, sustentando pela: inexistência de candidato suplente à Mesa do Conselho Distrital; inexistência de candidatos suplentes para a Comissão Política Distrital, pelo que apresentam 15 efectivos, devendo ter pelo menos 4 suplentes, para cumprimento do **artigo 4º n.º 1 (e) do Regulamento Eleitoral da JSD**. Tido em conta toda esta argumentação, é do maior interesse para a solução desta *questio*, a resposta do notificado, em que o mesmo relata que «Durante o processo de entrega das listas, as duas listas continham irregularidades (...), às quais a Mesa decidiu dar a oportunidade de corrigirem.» «*Assim foi feito pelas dias candidaturas.*»

Mais, «*As irregularidades foram supridas na entrega dos processos*» e «*Não houve qualquer oposição ou reclamação a estes actos da Mesa do Congresso até à entrega das listas.*»

Consequentemente, a razão da contestação do acto não tem razão de ser por parte dos requerentes, já que os mesmos aceitaram e consentiram a



rectificação das listas candidatas a sufrágio, através do seu silêncio declarativo de concordância. Beneficiando igualmente da possibilidade de correcção, concedida pela Mesa que presidiu ao acto.

Colocam-se assim os requerentes numa situação de *Venere contra factum proprium*.

VII – DA DECISÃO

Por todo o explanado, entende o CJN anular os seguintes actos eleitorais realizados em 05 de Janeiro de 2008:

- Eleição dos conselheiros distritais da Secção de Vimioso
- Eleição dos conselheiros distritais da Secção de Alfandega da Fé
- Eleição dos conselheiros distritais da Secção de Macedo de Cavaleiros

Repetição da eleição para a Comissão Política e Mesa do Plenário da Distrital de Bragança, após previa eleição dos Conselheiros Distritais das Secções com os seus actos anulados dado que os mesmo são inválidos por terem decorrido em violação dos princípios estatutários e regulamentares por que se rege a JSD. Consequentemente serão considerados nulos e de nenhum efeito os actos que venham a ser praticados pelos órgãos eleitos nessas eleições desde a data da presente decisão.

Notifique-se os requerentes e Mesa das Secções cujos actos foram invalidados.

Publique-se no Povo Livre e publicite-se no site da JSD.

Costa da Caparica, 14 de Setembro de 2008.

O Presidente do CJN/JSD

(Bernardo Azevedo)